



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**



NEIRE FERREIRA YAMAMOTO

**EVASÃO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO
DE CASO NO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL DO IF
SERTÃO-PE**

Salvador

2018

NEIRE FERREIRA YAMAMOTO

**EVASÃO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO
DE CASO NO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL DO IF
SERTÃO-PE**

Projeto de Intervenção submetido ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Leite de Almeida

Salvador

2018

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Yamamoto, Neire Ferreira.

Evasão estudantil no ensino superior: um estudo de caso no campus Petrolina Zona Rural do IF Sertão - PE / Neire Ferreira Yamamoto. - 2018.

79 f. il.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Sílvia Maria Leite de Almeida.

Projeto de intervenção (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Evasão Universitária. 2. Ensino Superior. 3. Educação Profissional. 4. Método de estudo de casos. I. Almeida, Sílvia Maria Leite de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

NEIRE FERREIRA YAMAMOTO

**EVASÃO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NO
CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL DO IF SERTÃO-PE**

Projeto de Intervenção submetido ao Programa de Pós-graduação em Educação,
Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de
Mestre em Educação.

Defendida em 25 de setembro de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Marta Lícia Teles Brito de Jesus _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2014)

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Penildon Silva Filho _____

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2008)

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dra. Silvia Maria Leite de Almeida- orientadora _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2006)

Universidade Federal da Bahia

Salvador

2018

Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente Projeto de Intervenção (PI) teve por objetivo analisar as causas de evasão dos dois cursos superiores do IF SERTAO-PE, Campus Petrolina Zona Rural, no período de 2014 a 2017. Buscou não apenas identificar os fatores diretamente sinalizados pelos ex-alunos como causas do abandono, mas compreender as relações entre os diversos elementos presentes em suas características. A investigação, que envolveu pesquisa documental e bibliográfica, assumiu a forma de um estudo de caso. No que diz respeito à abordagem, o estudo foi do tipo qualitativo e empregou a estratégia da análise de conteúdo para o tratamento do material, coletado por intermédio de questionários. Os resultados da pesquisa apontaram causas de evasão relacionadas às seguintes categorias: falta de orientação vocacional e desconhecimento da metodologia do curso; deficiência da educação básica; mudança de endereço; problemas financeiros; horário de trabalho incompatível com o de estudo. Após analisar estes casos, observou-se a inexistência de um planejamento sistemático e articulado de ações Intersetoriais no Campus Petrolina Zona Rural. Assim como intervenção ao fenômeno em estudo, foi proposto, ainda que em linhas gerais, duas frentes de intervenção escolar: uma no tocante à construção e implementação de um Plano de Ações Articuladas Intersetoriais e, outra articulada à primeira, a construção e implementação de um sistema computacional (software) para o fomento de um banco de dados institucional.

Palavras-chave: Projeto de Intervenção; Evasão; Ensino Superior; Educação Profissional.

ABSTRACT

This Intervention Project (IP) aimed to analyze the dropout causes of the two higher education courses of IF SERTAÓ-PE, Campus Petrolina Zona Rural, in the period from 2014 to 2017. It was sought not only identifying the factors directly signaled by ex-students as causes of abandonment, but also understanding the relationships between the various elements present in its characteristics. The research, which involved documental research and literature, took the form of a case study. Regarding the approach, the study was qualitative and applied the strategy of content analysis for the material treatment, collected by questionnaires. The results of the research pointed out causes of dropout related to the following categories: lack of vocational guidance and the ignorance of the course methodology ; deficiency from basic education; change of address; financial problems; incompatible work schedule regarding study schedule. After analysing these , it was observed the lack of articulated systematic planning and intersectoral actions in IF Sertão-PE Campus Petrolina Zona Rural. Besides the intervention to the phenomenon under study, it has been proposed, even in general lines, two fronts of educational intervention: one regarding the construction and implementation of a plan of articulated intersectorial actions, and another based on the first, the construction and implementation of a computer system (software) for the promotion of an institutional database.

Keywords: Intervention Project; Evasion; Higher education; Professional Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA- Bacharelado em Agronomia
CEFET'S- Centro de Educação Federal Tecnológica
CF – Constituição Federal
CPA- Comissão Própria de
Avaliação CPZR- Campus Petrolina
Zona Rural
CSTVE- Curso Superior em Tecnologia em Viticultura e
Enologia ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
FACED-Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IES- Instituições de Ensino Superior
IFs- Institutos Federais
IFET- Institutos Federais de Educação, Ciências e
Tecnologias IFRN- Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IF SERTÃO-PE- Instituto Federal do Sertão Pernambucano
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB- Lei de Diretrizes e Bases
MEC- Ministério da Educação
PPC- Projeto Pedagógico de Curso
MPED- Mestrado Profissional em Educação
PI- Projeto de Intervenção
SAGE- Sistema de Apoio à Gestão Educacional
SETEC- Secretaria Tecnologia
SEMESP- Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior
SINAES- Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SISU- Sistema de Seleção Unificada
SUAP- Sistema Unificado de Apoio a
Pessoal TCU- Tribunal de Contas da União
UFBA- Universidade Federal da Bahia

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Área de procedência dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017	42
Gráfico 02- Meio de transporte utilizado dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017	43
Gráfico 03- Tipo de rede de ensino dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017	43
Gráfico 04 – Estado civil dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017	46
Gráfico 05- Renda Familiar dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017	47
Gráfico 06- Motivo da desistência no curso de Tecnólogo em Viticultura e Enologia	50
Gráfico 07- Motivo da desistência no curso de Bacharelado em Agronomia	54

LISTA DE TABELA

Tabela 01- Modalidade de ensino dos cursos no CPZR	27
Tabela 02- Quantitativo de matrículas efetuadas no âmbito do CPZR	44
Tabela 03- Quantitativo de alunos evadidos do curso de Viticultura e Enologia	49
Tabela 04- Quantitativo de alunos evadidos do curso de Bacharelado em Agronomia	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS TRANSFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL A PARTIR DE 1909	17
2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO – IF SERTÃO-PE, E SUA ABRANGÊNCIA NESSES 100 ANOS DE HISTÓRIA	22
3 ENSINO SUPERIOR E A EVASÃO ESTUDANTIL: UMA REALIDADE CRESCENTE	27
3.1 CONCEPÇÃO DE EVASÃO ESCOLAR	29
3.2 EVASÃO ESTUDANTIL NO UNIVERSO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR	35
3.3 DADOS DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE SOBRE EVASÃO ESTUDANTIL RECOMENDADA PELA SETEC NO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL.	36
4 PERCURSO METODOLÓGICO	38
4.1 ABORDAGEM E TIPO DA PESQUISA	40
4.2 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS	45
4.2.1 Questionário	46
5 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS	41
5.1 PERFIL DOS ALUNOS DO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL DO IF SERTÃO-PE.	41
5.2 PERFIL DOS ALUNOS EVADIDOS DO CURSO DE VITICULTURA E ENOLOGIA	46
5.3 PERFIL DOS ALUNOS EVADIDOS DO CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA	49
6 PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS INTERSETORIAIS NO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL/ IF SERTÃO –PE	54
6.1 JUSTIFICATIVA DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS INTERSETORIAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O BANCO DE DADOS INSTITUCIONAL	54

6.2 PLANEJAMENTO E INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES	56
6.3 PROPOSIÇÕES DE AÇÕES INTERSETORIAIS	57
6.4 ALGUNS APONTAMENTOS PARA O	59
IMPLANTAMENTO/MELHORAMENTO DO SISTEMA DE	
INFORMAÇÕES/BANCO DE DADOS	
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

O presente Projeto de Intervenção visou analisar os motivos que levaram os alunos a evadirem¹ dos cursos oferecidos na Educação Profissional de Nível Superior. Com ênfase em Bacharelado em Agronomia e Tecnólogo em Viticultura e Enologia ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano– IF SERTÃO-PE, Campus Petrolina Zona Rural – CPZR, o intuito foi de minimizar a evasão estudantil tão frequente nos referidos cursos.

Esta realidade gerou inquietação na pesquisadora em busca de respostas para o entendimento desse fenômeno, que originou a temática de evasão no ensino superior como problema de pesquisa, e tem-se o seguinte questionamento: Quais os motivos influenciaram os alunos do Ensino Superior do CPZR a evadirem entre os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017?

Esse problema de investigação surgiu a partir dos elevados índices de evasão, cerca de 61% segundo publicado no Relatório da Comissão Própria de Avaliação (2016)² do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural. Local que a autora desta pesquisa é servidora, além disso, percebeu-se alunos com pouca vontade de estudar, desmotivados, ou com atrasos significativos em seus cursos.

Gomes (2015), acredita que a conclusão do Ensino Superior, além de ser um direito, reduz as desigualdades, melhora as chances de inserção dos estudantes no mercado de trabalho e forma cidadãos autônomos.

A Lei de Diretrizes e Bases- LDB no seu art. 1º, parágrafo 2º, estabelece que a “Educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”, e complementa no art. 22 que “A educação tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no mercado de trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). Mas, na prática, não é o que vem ocorrendo. De acordo com Stoffel e Ziza (2014) ao mesmo tempo em que o Brasil vive uma expansão significativa em oferta de vagas no ensino superior público, problemas vinculados ao abandono do

¹ Evasão Escolar é quando o aluno abandona a escola e não volta mais a se matricular. Abandono é quando o aluno deixa de frequentar a escola no decorrer do ano letivo (MEC, 2006)

² Apêndice 01

curso têm sido alarmantes. A evasão estudantil é um problema que atinge a educação brasileira e é caracterizado pelo abandono do aluno às atividades escolares.

Além disso, segundo Almeida (2006), o problema não é apenas no seu momento de triagem para acesso ao Ensino Superior- ES, contempla-se também uma série de abordagens e questões que, entre outras, diz respeito quanto às condições de progressão ou sucesso do indivíduo neste nível de ensino. Ou seja, sua permanência no Ensino Superior.

Dessa forma, vale ressaltar que, apenas o acesso à sala de aula não é condição suficiente para garantia da continuidade dos estudos, muito menos de uma educação de qualidade. Para Libâneo (1989), a democratização do ensino só será possível se for garantida a permanência e a qualidade do ensino para todos.

Hoje, o problema, portanto, não é mais entrar na universidade, o problema é permanecer e ter sucesso no seu percurso formativo (COULON, 2016).

No âmbito do ensino superior privado, que domina o cenário da oferta de vagas, os esforços para multiplicar ainda mais essa oferta se manifestaram através da reformulação do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni), iniciados, respectivamente, em 1999 e 2004, e fundados sobre o financiamento público, tinham (e ainda têm) como objetivo viabilizar novas vagas no ensino superior privado.

O número de cursos ofertados na Educação Superior tem aumentado significativamente, segundo os dados relativos ao ano de 2015, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o total de cursos de graduação em 2015 foi de 33.501, representando um aumento (1,6%) em relação ao ano anterior (2014), (INEP, 2018).

Entretanto, houve acréscimo desordenado na taxa de desistência do curso de ingresso, na avaliação da trajetória dos alunos entre 2010 e 2014. Em 2010, 11,4% dos alunos abandonaram o curso para o qual foram admitidos. Em 2014, esse número chegou a 49% (INEP, 2018).

Isso parece indicar que, à medida que o acesso à Educação Superior aumenta, crescem também os problemas relacionados à evasão e à permanência dos estudantes nesse nível de ensino.

A taxa de evasão trazida nesta pesquisa foi calculada com base nos alunos desistentes em relação ao total de alunos matriculados. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a taxa de evasão total é obtida da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Matrículas trancadas+ desvinculado curso + falecidos}}{\text{Total de alunos}}$$

Fonte: MEC, 2010

Além disso, um estudo realizado em 2015 pelo Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior, intitulado Mapa do Ensino Superior do Brasil (SEMESP, 2016)³, com dados e levantamentos de 2014 sobre o ensino superior no país, indicou que a taxa de evasão dos cursos presenciais no país atingiu o índice de 27,9% na rede privada e 18,3% na pública naquele ano, o que veio destacar a curiosidade em novas descobertas sobre as causas de evasão.

No Estado do Pernambuco, a porcentagem de evasão anual dos cursos presenciais da educação superior chegou a 25,5% na rede privada e 17,2% na pública. Nas mesorregiões Metropolitana de Recife foi de 27,6% e no Sertão Pernambucano de 26,7% (SEMESP, 2016), esses dados demonstram também a realidade do Instituto Federal do Sertão Pernambucano- IF SERTÃO-PE.

O Campus Petrolina Zona Rural - CPZR que é um dos campi⁴ do IF Sertão-PE, já desenvolve algumas estratégias⁵ para contribuir com a permanência do aluno, mas apesar disso não tem sido suficiente e vem apresentando altos índices de evasão, principalmente nos cursos superiores que corresponde os Cursos de Tecnólogo em Viticultura e Enologia e no Curso de Bacharelado em Agronomia. A unidade possui uma comissão permanente com estudos sobre a evasão estudantil que serão detalhados e trazidos mais à frente.

A escolha destes cursos se deu pelo fato de serem os únicos cursos de Ensino Superior neste Campus e que nos últimos anos apresentaram índices consideráveis de evasão⁶. A pretensão da

³Disponível em < http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf >.

⁴O IF SERTÃO-PE possui sete campi no total, sendo eles: Campus Petrolina, Campus Petrolina Zona Rural, Campus Salgueiro, Campus Santa Maria, Campus Floresta, Campus Serra Talhada, Campus Ouricuri e uma Reitoria.

⁵Segundo o Relatório da Comissão Própria de Avaliação-CPA, 2016, observou-se que uma das estratégias para amenizar o abandono

é em relação à Política de Atendimento aos Estudantes, pois 74,5% dos entrevistados consideram os programas de assistência estudantil existentes (bolsas e auxílios) eficazes na contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos (CPA, 2016). ⁶ Segundo ainda o Relatório produzido em 2016 da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IF SERTÃO-PE, indicou que no âmbito desse Instituto o índice de evasão estudantil foi de 61% entre os avaliados pela comissão (CPA,2016).

pesquisa realizada neste Projeto de Intervenção, foi focar os motivos que levaram os estudantes a abandonarem os cursos, intencionando verificar o que é possível propor e desenvolver na realidade do ensino superior no IF Sertão, Campus Zona Rural, para a reduzir as taxas de abandono.

O trabalho realizado teve como objetivo investigar os fatores que motivaram os estudantes abandonarem a graduação, segundo a perspectiva dos próprios alunos. A partir disso, e conhecendo tais fatores, buscaram-se meios que pudessem reduzir a evasão estudantil de acordo com as causas apontadas, propondo ao Campus Petrolina Zona Rural um Projeto de Intervenção-PI de forma que seja de possível a sua institucionalização e, conseqüentemente possa vir a servir como modelo de inovação pedagógica para minimizar os problemas sofridos com o abandono nos demais campi do IF SERTÃO-PE.

O Projeto de Intervenção teve como base a pesquisa que trouxe algumas respostas a questões como: qual o perfil dos estudantes que frequentam o Campus Zona Rural do IF Sertão Pernambucano? Quais fatores dificultaram a permanência do estudante no curso e o que o leva a evadir no Ensino Superior? Foi a busca por respostas para estas interrogações que motivou este estudo, na perspectiva de que as possíveis respostas encontradas possam contribuir para a discussão desse fenômeno nas instituições de Educação Profissional, em especial, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Petrolina Zona Rural, lócus desta pesquisa.

Evitar a evasão torna-se fundamental para o jovem, pois além de a educação ser um direito, o ensino pode levá-lo a superar as barreiras das desigualdades e formar cidadãos autônomos, com melhores chances de inserção no mercado de trabalho, minimizando os efeitos das desigualdades (SOUZA, 2013).

Assim, o objetivo geral da pesquisa, feita para dar suporte ao Projeto de Intervenção, visou demonstrar e analisar os motivos da evasão dos estudantes do IF SERTÃO-PE, Campus Petrolina Zona Rural nos Cursos Superiores de Tecnólogo em Viticultura e Enologia de Bacharel em Agronomia, entre os anos de 2014 e 2017. Estes anos delimitaram esse estudo, definidos de acordo com o mesmo ano de ingresso à instituição da pesquisadora, através de concurso público,.

Para complementar o objetivo deste trabalho, foram definidos quatro objetivos específicos, a saber: Traçar o perfil dos estudantes dos Cursos Superiores do CPZR que evadiram no período de 2014 a 2017; identificar os motivos da evasão desses estudantes; analisar as políticas que o Campus tem

realizado para favorecer a permanência estudantil; elaborar um produto final como proposta para intervir na evasão estudantil.

Nessa perspectiva, o objetivo geral do Projeto de Intervenção-PI é apresentar algumas possibilidades que podem servir para inspirar estratégias, tão ou mais eficazes, para minimizar a evasão estudantil nos cursos superiores do IF SERTÃO-PE, Campus Petrolina Zona Rural.

Muitas vezes, pequenas atitudes são capazes de motivar o aluno a permanecer no curso escolhido e superar os obstáculos e dificuldades encontrados para a formação em um Curso Superior. Segundo Eric Mazur (2013, p. 11), “oferecer oportunidades para os estudantes pensarem, responderem e interagirem em classe pode ter um impacto substancial sobre a retenção dos alunos nos cursos”.

Tendo em vista atingir os objetivos mencionados, foi realizada uma pesquisa essencialmente qualitativa, por se tratar da análise de um fenômeno social por meio de um estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a utilização de um questionário. A pesquisa bibliográfica foi empregada para a revisão da literatura sobre o tema; a pesquisa documental foi usada para buscar informações sobre documentos regimentais da instituição, requerimentos de solicitação de desligamento do curso, bem como informações sobre os indicadores educacionais do curso, com o intuito de se fazer relação com o fenômeno em estudo. Utilizou-se, ainda, o questionário por entender que é através de relatos e a partir das experiências dos atores envolvidos no fenômeno investigado que se obtém informações importantes. O total de evadidos eram de 207 estudantes somados os dois cursos que serão detalhados em sessões próprias.

O estudo de caso, que tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (GODOY, 2006).

Além disso, utilizou-se também a pesquisa documental que segundo Silva et al (2009), no âmbito da abordagem qualitativa, é o método que procura se aproximar e entender a realidade social por meio da análise dos inúmeros tipos de documento produzidos pelo homem.

Neste contexto, esse trabalho encontra-se estruturado em seis partes, as quais passam-se a ser apresentadas:

A primeira parte, que consiste nesta introdução, contextualiza o cenário o qual se desenvolve este estudo de caso. Trata das questões que motivaram à escolha do tema e sobre a escolha do lócus onde a pesquisa foi desenvolvida. A introdução trouxe ainda os objetivos desse Projeto de Intervenção, além da relevância da construção desse trabalho para o Campus Petrolina Zona Rural, do Instituto Federal do Sertão Pernambucano através do Mestrado Profissional em Educação (MPED), oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced/UFBA).

Logo em sequência, tem-se a revisão teórica acerca das transformações dos Institutos Federais de Educação Técnica e Profissional a partir de 1909. Traz-se a discussão sobre os vários momentos que a Educação Profissional passou durante todos esses anos. Seguindo esse tema, vem terceira a discussão que é sobre o Ensino Superior e a Evasão Estudantil fundamentado em autores que estudaram este fenômeno.

Na quarta parte, aprofundou-se no campo e nos caminhos metodológicos que foram propostos para atingir os objetivos da pesquisa e a importância de cada um para a elaboração do projeto de intervenção final. Na quinta sessão optou-se pela análise dos resultados.

O Plano de Intervenção vem no sexto ponto deste texto e caracteriza-se por ser propositivo e tem a finalidade de contribuir com elucidações do fenômeno estudado. E por fim, a última parte deste trabalho apresenta as considerações finais da pesquisa, que tratam do percurso do desenvolvimento e da verificação dos objetivos atingidos, como também dá indicações de novos estudos sobre o fenômeno em questão.

Dessa forma, esse texto teve a intenção de impulsionar uma discussão sobre os fatores que motivam a evasão dos alunos dos cursos superiores do Campus Petrolina Zona Rural- CPZR do IF SERTÃO-PE, através da proposição de um Plano de Intervenção no qual são traçadas possíveis ações e estratégias que visam minimizar os problemas da evasão estudantil, uma realidade que se assemelha a tantas outras na educação brasileira. Dessa maneira, este trabalho possui uma relevância para o contexto da educação superior ofertada sobretudo nos Institutos Federais de Educação Técnica e Tecnológica do Brasil.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL A PARTIR DE 1909

Esta parte do Projeto de Intervenção visa abordar as transformações históricas pelas quais as instituições federais de educação técnica e profissional passaram ao longo dos mais de cem anos na história da educação profissional brasileira. Desde as Escolas de Artífices, criadas em 1909 por Nilo Peçanha chegando no começo do século XXI aos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia. Além desse levantamento histórico, será discutido o contexto da criação do Instituto Federal do Sertão Pernambucano e caracterizar o lócus específico desse trabalho que é o Campus Petrolina Zona Rural (CPZR).

Dessa forma pretende-se contextualizar a Rede Federal de Educação começando pelas Escolas de Aprendizes Artífices, de 1909, passando pelas Escolas Industriais e Técnicas criadas em 1942, o surgimento em 1959 das Escolas Técnicas, a criação em 1978 dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e na década de 1990 a transformação das Escolas Técnicas em Cefet's. Mais recentemente, em 2008 a transformação dos Cefet's, dentro da Lei n. 11.892, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua expansão, através da criação de novos Institutos Federais em todo território brasileiro.

A educação profissional evoluiu gradativamente no Brasil. Essa evolução perpassou por momentos históricos do país, iniciando com os povos nativos, que as práticas de aprendizagem se davam pela observação e participação, passando pelo ensino jesuíta no Brasil Colônia e pela constituição dos aparelhos escolares, das casas de educando artífices e dos liceus de artes e ofícios, até chegar na redemocratização da educação profissional a partir da década de 45 (MANFREDI, 2002).

A educação profissional apresenta hoje uma evolução no decurso da formação da classe trabalhadora, para que esta venha a compreender os novos processos que envolvem as relações de trabalho. De acordo com Machado (1998) as mudanças ocorridas, principalmente, no campo da formação para o trabalho, revelam uma direta relação com o acelerado processo de reestruturação produtiva que exige a formação de novos perfis profissionais para atuar com às inovações tecnológicas nas demandas do mercado.

A expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, ação governamental que se iniciou em 2003, reflete esse posicionamento. A criação de novas unidades de ensino, com cursos

adaptados às necessidades de desenvolvimento local e regional, visa atender às demandas de qualificação dos trabalhadores da nova economia, além de fomentar o avanço da produção científica na área (FIGUEIREDO; SALLES, 2015).

Vale destacar que essas iniciativas, no que dizem respeito aos investimentos em Educação Profissional, têm alcançado visibilidade não apenas em território nacional. O documento “Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, disponibilizado no site do Ministério da Educação (MEC), comemorativo do centenário da Rede, faz referência a projetos de intercâmbio internacional e enfatiza o interesse de países africanos em desenvolver parcerias educacionais com o Brasil, que se tornou referência pelas experiências desenvolvidas (BRASIL, 2016).

Como política pública a formação profissional iniciou-se no Brasil em 1909, com a criação de 19 escolas de artes e ofícios em diferentes unidades da federação, precursoras das escolas técnicas federais e estaduais, na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (ALMEIDA; FERREIRA, 2014).

A partir de então, as opções destinadas à formação de trabalhadores eram, até 1932, após o curso primário escolher o curso rural ou curso profissional com quatro anos de duração, às quais poderiam suceder outros caminhos de formação exclusiva para o mundo do trabalho no mundo ginásial: normal, técnico comercial e técnico agrícola. Essas modalidades voltavam-se para as demandas de um processo produtivo em que as atividades nos setores secundário e terciário eram incipientes, e não davam acesso ao ensino superior. Para a elite, havia outro percurso, o ensino primário seguido pelo secundário propedêutico e ensino superior, este dividido em ramos profissionais (ALMEIDA; FERREIRA, 2014).

Em 1942, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio. Na mesma ocasião, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas - EITs (BRASIL, 2011).

Esse modelo prevaleceu até 1959, quando as EITs foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETFs) e ganharam autonomia pedagógica e administrativa. Pouco depois, o ensino

técnico ganhou um novo status. A fixação por lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico (BRASIL, 2011).

Nesse período as instituições receberam autonomia didática, técnica, financeira e administrativa. Foram criados diversos cursos técnicos, além da autorização do início da formação técnica de nível superior, posteriormente, estabelecida como as Engenharias Operacionais (BRASIL, 2011).

Já em meados de 1960, com a chamada Revolução Verde, movimento esse iniciado nos Estados Unidos que significava investimentos na produção agrícola mundial em grande escala, o Brasil busca tornar-se um grande exportador de produtos agrícolas com pretensão em transformar-se em celeiro do mundo. Para tal, havia a necessidade em dar aporte à mão-de-obra qualificada no campo (CARVALHO, 2011).

São criadas então as Escolas Agrotécnicas e com a aceleração do crescimento econômico, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional. Em 1978, surgiram os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos (MEC, 2011).

Os Cefets viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico dezesseis anos depois. Eles absorveram as atividades das Escolas Industriais e Técnicas e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990 (MEC, 2011).

Realização de Pesquisas na área técnica industrial, e oferta de cursos industriais, de graduação e pós graduação; Formação de profissionais de engenharia industrial e de tecnólogos, e de licenciatura plena; Cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização; Criação dos cursos para formação de professores (CONIF, 2017)

Nesse contexto, a Lei nº. 6.545/78 definiu os objetivos, bem como, permitiu que fossem ministrados o ensino técnico e o ensino superior nos Centros Federais de Educação Tecnológica

A transformação dessas Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, pela Lei n. 6.545/78, definiu para essas instituições, além do objetivo de ministrar o ensino técnico, o de atuar no nível superior de graduação ministrando a Engenharia Industrial, os cursos de tecnólogos e as Licenciaturas voltadas para a formação de professores do ensino técnico e dos cursos de tecnólogos, além da extensão e da pós-graduação lato sensu. Deveriam, ainda, realizar pesquisas na área técnico-industrial. Com o passar do tempo, essas instituições passaram a ministrar também a pós-graduação stricto sensu nos níveis mestrado e doutorado. Esses fatos demonstram que o ensino superior nos CEFETs

é uma construção histórica e social. Podendo ser interpretada como a extensão da dualidade da educação brasileira para o ensino superior, não se pode deixar de reconhecer que esses cursos cumpriram e cumprem uma função social na formação de profissionais. A questão fundamental está em perguntar que funções são essas e a que projeto de sociedade atendem. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 35).

Com o estabelecimento da Nova República, instaurou-se, no Brasil, um período de redemocratização e de participação social que influenciou, sensivelmente, em todas as esferas da sociedade, inclusive no sistema educacional, e por determinação da Constituição Federal de 1988, a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira – Lei nº. 9394/96.

Essa nova Lei representou a junção de matrizes curriculares construídas por áreas profissionais, envolvendo a descrição das competências e habilidades necessárias à formação dos trabalhadores de cada área específica, e de acordo com as “novas” demandas do mercado de trabalho, em que as instituições escolares deveriam ter “autonomia” para tomar decisões no campo econômico, das tecnologias e das relações com a comunidade (CARVALHO, 2011).

Assim, a organização curricular da educação profissional obedece a critérios bem definidos pelas diretrizes, mesmo que em seu documento esteja nítido os conceitos de flexibilização e da tomada de decisão. Contudo, flexibilidade no sentido de decidir, quais caminhos devem percorrer, sem perder de vista o que está disposto nos documentos oficiais. Considerando os indicativos apontados por um mercado cada vez mais “inchado” e competitivo, que pressupõe a padronização dos conteúdos “profissionalizantes” e da “cultura” da produção e do consumo comunidade (CARVALHO, 2011).

Flexibilidade esta, para atender as demandas das funções dentro das empresas, encaixando-se bem, nas proposições neoliberais que também apontam como “importantes”, além da flexibilidade, criatividade e autonomia para a tomada de decisões, desde que estas, não ultrapassem os limites do desempenho da função que está exercendo comunidade (CARVALHO, 2011).

Neste contexto, o Decreto 2208/97, criado para regulamentar o parágrafo 2º do Artigo 36 e os Artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/96, promoveu a Reforma da Educação Profissional e motivou o fim da integração entre educação geral e profissional, evidenciando a priorização das demandas do mercado, o afastamento do Estado no que tange a manutenção da educação, bem como, o fim da equivalência entre ensino técnico e ensino médio.

Contudo, no Governo de 2003-2011⁷, foram implementadas sensíveis mudanças no sistema de oferta da educação profissional, onde foi dada significativa importância à educação profissional técnica, tornando possível, a integração novamente ao ensino médio, ampliando assim, significativamente, esta modalidade de ensino, principalmente, na esfera dos CEFETs (CARVALHO, 2011).

Em 2007, o Decreto nº. 6.095/2007 apontava para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologias (IFETs), em que, o Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET) foi totalmente favorável ao seu estabelecimento, principalmente, pela ampliação de sua abrangência quanto à formação profissional e tecnológica, pelo apoio ao desenvolvimento regional e local, e, pela agregação de um público diferenciado, como a Educação de Jovens e Adultos- EJA integrada à Educação Profissional; educação de portadores de deficiência; formação continuada de técnicos, tecnólogos, bacharéis e licenciados; educação para a diversidade cultural (CARVALHO, 2011).

Dessa forma, os Institutos Federais- IF's surgiram na reforma operada em torno da educação profissional e tecnológica, durante os anos 2000, que transformou as escolas técnicas federais, agrotécnicas e os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET) em novas instituições de educação profissional - equiparadas às Universidades - e com a responsabilidade de manter a oferta dos cursos, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Assim, em 29 de dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu os Institutos Federais, no âmbito do sistema Federal de ensino. Segundo essa Lei, o foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, o desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias com ênfase no desenvolvimento (BRASIL, 2008). Conforme o artigo sexto da Lei nº 11.892/2008, o objetivo é:

Art. 6. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, inciso I, 2008).

⁷ Conhecido como Governo Lula (2003–2011) corresponde ao período da história política brasileira que se iniciou com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 1 de janeiro de 2003.

De acordo com Machado (2011, p. 03) “os Institutos Federais, no seu nascedouro, foram convocados a realizar a interiorização da oferta educacional a partir de cidades polo, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com arranjos produtivos, sociais e culturais locais”.

Com trajetória centenária, atualmente 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São 644 campi, mais de um milhão de matrículas e cerca de 60 mil servidores (professores e técnico-administrativos) (CONIF, 2015).

Segundo Pacheco (2011), os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para isso, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado. Ainda, segundo ele, deve-se:

[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos inclusive para as engenharias e licenciaturas (PACHECO, p. 2, 2011).

Dessa forma, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, construída a mais de um século, configura-se, hoje, como uma importante estrutura de acesso às conquistas científicas e tecnológicas que contribuem para o desenvolvimento e a modernidade do Brasil.

2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO – IF SERTÃO-PE E SUA ABRANGÊNCIA.

Organizado mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, com os Campi Petrolina e Petrolina Zona Rural. Logo em 2009, foi implantado o Campus Floresta, seguido dos Campi Salgueiro e Ouricuri, em 2010, e dos Campi Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista, além dos Centros de Referência de Petrolândia, Sertânia e Afrânio, em 2014, conforme figura 01 (IF SERTÃO-PE, 2014).

Figura 01: Mapa da área de atuação do IF SERTÃO-PE, ano 2014 (SITE DO IF SERTÃO-PE, 2017).



Fonte: site do IF SERTÃO-PE (2017).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional, a visão desse Instituto é “ser uma instituição de excelência em todos os níveis e modalidades de Ensino, articulados com a Pesquisa e a Extensão, comprometida com a transformação social, fundamentada na ética e na cidadania” (IF SERTÃO-PE, 2014).

Para a materialização desses pressupostos, o IF Sertão-PE, como é conhecido, ainda contempla ações, programas, projetos e atividades como Formação Inicial e Continuada- FIC; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC); Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX); Programa de Estágio. Nessa perspectiva, no contexto em que está inserido o IF SERTÃO-PE, tem-se a expectativa de contribuir com o desenvolvimento local e regional, promovendo a melhoria no padrão de vida dos cidadãos da região Nordeste (PDI, 2014-2018).

Conforme Pacheco (p. 03, 2011) a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo, para isto, necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais⁸. Nesse

⁸Segundo o autor, compreende-se por “outras políticas setoriais”: ações, programas, projetos, etc.

sentido, afirma-se, a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas principalmente por seu compromisso com o todo social.

A partir do Decreto de 26 de novembro de 1999 (SN) foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (Cefet-Petrolina), no Estado de Pernambuco, mediante a transformação e mudança da denominação da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, que passou a ser Cefet-Petrolina (BRASIL, 2011).

Assim, o Cefet Petrolina passou a abranger duas unidades: uma localizada na área rural de Petrolina, chamada Unidade Agrícola (antiga Escola Agrotécnica)⁹, e outra na área urbana, chamada Unidade Industrial (antiga Unidade Descentralizada)¹⁰ (BRASIL, 2011).

Pela Lei nº 11.92 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, surgindo assim o IF Sertão-PE, com os campi Petrolina e Petrolina Zona Rural.

Segundo os dados oficiais, o Campus Petrolina Zona Rural do IF Sertão-PE atualmente possui 29 anos de história. Estruturado para oferecer educação profissional técnica de nível médio e educação superior. Em sua essência, tem-se a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, criada através do Decreto nº 96.598, de 25 de agosto de 1988, que tinha por finalidade ministrar o ensino de 2º grau (atual nível médio) profissionalizante (BRASIL, 2011).

Assim, o Campus Petrolina Zona Rural, beneficia diversos municípios da mesorregião do São Francisco Pernambucano, como: Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó e Orocó, além de distritos de Petrolina como Rajada e Pau Ferro. No Estado Bahia, também abrange os seguintes municípios: Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Senhor do Bonfim, Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso (IF SERTÃO-PE, 2014). De acordo com último censo realizado em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE, a média aproximada da população era de 637,626 habitantes.

⁹Atual Campus Petrolina Zona Rural.

¹⁰Hoje Campus Petrolina.

Quanto à estrutura física, o Campus Petrolina Zona Rural apresenta 18 salas de aula, 01 biblioteca; 01 auditório com capacidade para 120 pessoas; laboratório de vinho, solos, análises microbiológicas, química, física, informática, disponibilizando aos alunos e servidores instalações que contribuem para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Além disso, atualmente é o único campus que possui residência estudantil e um restaurante institucional (PDI, 2014-2018).

Possui cerca de 80 servidores docentes, 90 técnicos administrativos, 100 terceirizados (limpeza, manutenção e segurança), e cerca de 900 alunos em diversas modalidades de ensino que serão apresentadas a seguir. No Campus, têm-se as seguintes coordenações administrativas, como: Coordenação de Tecnologia da Informação; Coordenação de Extensão e Relações Organizacionais; Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil; Coordenação de Controle Acadêmico; Coordenação de Estágio e Egressos; Coordenação da Biblioteca.

Os cursos oferecidos são divididos em três modalidades conforme tabela a

seguir. Tabela 01- Modalidades de ensino dos cursos do CPZR

Nível	Classificação	Área	Nome
Educação de Jovens e Adultos	PROEJA	Agroindústria	Técnico em Agroindústria
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Integrado	Agropecuária	Técnico em Agropecuária
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Subsequente	Agricultura	Técnico em Agricultura
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Subsequente	Agroindústria	Técnico em Agroindústria
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Subsequente	Zootecnia	Técnico em Zootecnia
Educação Superior	Graduação Tecnológica	Viticultura e Enologia	Tecnologia em Viticultura e Enologia
Educação Superior	Bacharelado	Agronomia	Bacharelado em Agronomia

Fonte: SAGE (2017)

Dessa forma o Campus Petrolina Zona Rural atende a Lei nº11.892/2008, quando diz que:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Desse modo, após o conhecimento das raízes históricas, políticas e sociais pelas quais o IF SERTÃO-PE passou, possibilita-se um melhor entendimento das recentes mudanças nesta instituição. Assim, optou-se por esse relato da história do instituto para compreender o desencadeamento das inquietações trazidas neste capítulo. Logo a seguir será apresentada a discursão sobre a questão da evasão estudantil no ensino superior, temática deste trabalho.

3 ENSINO SUPERIOR E A EVASÃO ESTUDANTIL: UMA REALIDADE CRESCENTE

Este capítulo tem por objetivo apresentar o referencial teórico que embasa a pesquisa sobre Evasão Estudantil no Ensino Superior, buscando compreender os múltiplos fatores que desencadeiam as condições de desistência dos alunos na Educação Técnica Profissional apoiando-se em censos, pesquisas bibliográficas, autores entre outros.

Analisando os dados oficiais do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos últimos três anos, percebe-se que a expansão no ensino superior brasileiro é visível. No Censo da Educação Superior do ano de 2015 e acordo com o censo, 8.033.574 alunos estão matriculados no ensino superior. O número supera a estatística de 2014 em 2,5%, quando havia 7.839.765 matriculados. São ofertados 33 mil cursos de graduação em 2.364 instituições de ensino superior (INEP, 2016).

Conforme o Censo da Educação Superior de 2015, foram estimadas 2.368 Instituições de Ensino Superior – IES. Dentre essas, as universidades são a maioria na rede federal correspondendo a 58,9 %, seguidas pelos Institutos Federais e Cefets com 37,4% (INEP, 2016).

O Censo de 2015, ainda contabilizou 31.513 cursos de graduação presenciais, sendo que mais da metade são de Bacharelado (58,13%), seguidos pelas Licenciaturas (23,04%) e pelos cursos Tecnológicos (18,83%) (INEP, 2016). Já no que se refere aos cursos de graduação presenciais nas IES federais, por localização no Brasil, notou-se com o Censo que a maior oferta desses cursos se encontra no interior das capitais, correspondendo a 59,6%. Entretanto, na região Nordeste a oferta de cursos na capital e no interior é equilibrada, uma vez que nas capitais nordestinas equivalem a 48,8%, enquanto no interior esse percentual é de 51, 2% (INEP, 2016).

A Região Nordeste é composta por nove estados¹¹ que juntos somam 56 milhões de habitantes, 42 mesorregiões e 1.794 municípios. Ela está em segundo lugar¹² em número de alunos matriculados em cursos presenciais no país, com cerca de 1,4 milhão ou 21% do total, apresentando, em 2014, um crescimento de 7% nesse número em relação ao ano anterior, conforme o Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (SEMESP, 2016). O Estado da Bahia foi o grande responsável por esse índice, apresentando 317,9 mil matrículas (23% do total na região) em cursos presenciais.

¹¹A Região Nordeste é a terceira maior região do Brasil e a maior em número de estados, possui nove: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

¹²A Região Sudeste está em primeiro lugar em número de alunos matriculados (SEMESP, 2016).

Em seguida, o Estado do Ceará com 228,6 mil (16,6%) matrículas e, em terceiro, o Estado de Pernambuco, com 225,3 mil matrículas (16,3%) (SEMESP, 2016).

No ensino superior público em Pernambuco, onde este estudo foi realizado, em 2014 havia 140,7 mil alunos matriculados nas IES da rede privada (62%) e 84,6 mil alunos na pública (38%), totalizando 225,3 mil matrículas. Das cinco mesorregiões do estado¹³, apenas uma delas contabilizou em 2014 mais de 155 mil matrículas em cursos presenciais: a Metropolitana do Recife. A mesorregião Agreste Pernambucano registrou em torno de 30 mil matrículas e as demais mesorregiões contabilizaram entre 16 mil e 13 mil matrículas (SEMESP, 2016).

Apesar dessa expansão no número de matrículas, apenas 14% dos adultos brasileiros chegaram ao ensino superior, segundo os dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016). Esse percentual ainda é baixo comparado com a média dos outros países avaliados pelo Programa de Avaliação Internacional de Estudante, que é uma pesquisa internacional trienal que visa avaliar os sistemas educacionais em todo o mundo testando as habilidades e o conhecimento de estudantes (PISA, 2017).

Para tanto, a expansão não visa apenas o desenvolvimento a partir da criação ou mesmo ampliação de instituições de ensino superior. Objetiva também garantir a qualidade, a elevação da escolaridade. Porém, concomitante ao crescimento surge a evasão, enquanto fenômeno crescente

¹³Agreste Pernambucano, Mata Pernambucana, Metropolitana de Recife, São Francisco Pernambucano e Sertão Pernambucano.

no ensino superior, um problema tanto para os estudantes como para a gestão das instituições (MELO, et. al., 2014).

3.1. CONCEPÇÃO DE EVASÃO ESCOLAR

Segundo o INEP (2010), o conceito técnico dos termos abandono e evasão é diferente: “Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte; Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema” (INEP, 2014).

A evasão em instituições de educação superior é tratada por diversos autores. Desta forma, buscou-se trazer algum desses autores que estudam o fenômeno aqui abordado.

Lobo (2012), em seu trabalho intitulado “Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções”, assinala oito razões incidentes que ocasionam o descontentamento do aluno, consequentemente levando-o à evasão, que são: Inadaptação do ingressante ao estilo do ensino superior e falta de maturidade; Formação básica deficiente; Dificuldade financeira; Irritação com a precariedade dos serviços oferecidos; Decepção com a pouca motivação e atenção dos professores; Dificuldades com transporte, alimentação e ambientação; Mudança de curso; Mudança de residência (2012, p.18,).

A evasão estudantil pode ser definida como um fenômeno educacional complexo, que ocorre em todos os tipos de instituição de ensino e afeta o sistema educacional como um todo (MOROSSINI, 2012, p. 02).

Para Schargel e Smink (2002) existem diversas razões para a ocorrência do fenômeno da evasão no ensino superior. Os autores selecionam cinco categorias de causas: psicológicas, sociológicas, organizacionais, interacionais e econômicas. As causas psicológicas estão relacionadas às condições individuais como rebeldia e imaturidade, entre outras. As sociológicas ratificam que a evasão não pode ser observada isoladamente, pois se trata de um fenômeno social.

Para Paredes (1994) há fatores internos e externos ao tratar-se da evasão. Situações de desistência do curso em função de descontentamento sobre a pedagogia corpo docente, ou da infraestrutura da universidade são considerados fatores internos. Já os fatores externos à universidade seriam aqueles

vinculados ao aluno, como a dificuldade de adaptação ao ambiente universitário, problemas financeiros, o curso escolhido não era o que o aluno esperava e problemas de ordem pessoal.

Tem-se, ainda, a percepção concernente à infraestrutura da IES, pois as de ciências nas estruturas físicas das instituições de educação superior são apontadas como um dos fatores que interferem nos índices da evasão (DIAS; THEÓPHILO; LOPES, 2010). Essas estruturas incluem qualidade do espaço físico em geral, da sala de aula, dos laboratórios, dos equipamentos e da biblioteca.

Outras causas da evasão no ensino superior que podem ser observados na literatura são os vinculados aos resultados obtidos pelos alunos a partir do curso de graduação, os quais podem ser tanto em relação ao momento presente (como aprendizado, desenvolvimento e desempenho), quanto ao futuro (como atuação profissional e melhoria das condições de vida). A esse respeito, Tinto (2002) destaca a promoção da aprendizagem; Spady (1970), o desenvolvimento intelectual que os alunos percebem a partir do curso e as avaliações de desempenho e Pascarella (1980), resultados educacionais (notas obtidas pelo aluno, crescimento pessoal e intelectual, bem como integração).

Nessa perspectiva, quando se trata do tema evasão na Educação Superior, Vincent Tinto¹⁴ é reconhecidamente um dos maiores especialistas no assunto. Sua carreira envolveu a realização de pesquisas sobre a Educação Superior em IES nos Estados Unidos da América, em especial sobre a permanência dos alunos neste nível de Ensino.

Segundo Tinto (1989), o estudo da evasão na Educação Superior é uma temática extremamente complexa, uma vez que envolve diversas perspectivas tanto pessoais, acadêmicas, institucionais quanto socioeconômicas. A evasão ou deserção, como aponta Tinto (1993), não pode ser atribuída

¹⁴Professor emérito da Universidade de Syracuse – USA –, PHD em Sociologia e em Educação pela Universidade de Chicago.

unicamente como uma falha do aluno relacionada às características psicossociais do indivíduo, como motivação, autoestima e habilidades intelectuais.

Para Tinto (1993), o abandono dos estudos está relacionado ao reflexo das ações do indivíduo tanto quanto das ações da Instituição de Ensino, em especial à maneira como o estudante interage com seus pares, com os docentes e com os demais integrantes do corpo institucional.

Em um estudo publicado em 2011, De Vries e seus colaboradores apresentam contribuições acerca da deserção, analisando desertores das áreas de Engenharia de Ciências da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, no México. Estas áreas foram eleitas pelos pesquisadores por apresentarem taxas inferiores a 30% de Graduação (em análise de um período de cinco anos).

De Vries et al. (2011) destacam a importância de não restringir os estudos sobre evasão apenas em uma simples comparação entre o número de alunos ingressantes em determinado ano e o número de alunos graduados após cinco anos do ingresso. Para os investigadores, é preciso considerar outros fatores, como a reopção de curso ou a incorporação ao mercado de trabalho, sem rotular os estudantes desistentes como fracassados, pois podem estar em situação de maior êxito do que aqueles que permanecem.

Segundo De Vries et al. (2011), talvez o problema da evasão não seja tão grave como representa, pois muitos dos alunos considerados como fracassados por abandonar, apenas trocaram de curso ou de IES, ou seja, não abandonaram o sistema de Educação Superior.

Segundo Riffel e Malacarne (2010) o termo evasão significa o ato de evadir-se, fugir, abandonar, sair, desistir, não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão estudantil, entende-se a fuga ou abandono em função da realização de outra atividade.

A evasão é um fenômeno que pode se apresentar de diferentes formas, de acordo com: a instância de evasão (curso, instituição ou sistema), a autoria da decisão de evasão (do estudante ou desligamento pela instituição), a forma de evasão (abandono, transferência, desligamento), o período de evasão (se temporária ou definitiva) e o momento do curso em que a evasão acontece (anos iniciais, intermediários ou finais) (POLYDORO, 2001). Neste estudo a evasão é entendida

como a saída do estudante dos cursos superiores escolhidos abandono, transferência ou o seu desligamento da instituição determinada.

Permeando-se o contexto da Educação Superior brasileira, considerou-se importante destacar as pesquisas apresentadas pelo Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia (Instituto Lobo¹⁵) pela recorrência de citações de trabalhos realizados pelo Instituto em publicações de artigos e Dissertações brasileiras que tratam sobre a evasão na Educação Superior. Em especial ao trabalho publicado por Lobo et al. (2012), o qual é citado com recorrência em diversos outros trabalhos brasileiros.

A evasão é um dos maiores problemas de qualquer nível de ensino como também nas instituições público e privado. O abandono do aluno sem a finalização dos seus estudos representa uma perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino, pois perdeu aluno, seus professores, a instituição de ensino, o sistema de educação e toda a sociedade (LOBO, 2012).

Essa problemática é um tema bastante abordado, mas mesmo assim sabe-se da dificuldade que é identificar e contornar precocemente suas causas para prevenir o aluno do abandono. Isso porque a evasão possui uma natureza multiforme: a escolha de sair da instituição de ensino é apenas o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar do indivíduo (BASTOS; GOMES, 2014).

A evasão estudantil no Ensino Superior é um problema que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (SILVA FILHO, et al, 2007).

Nesse sentido, uma perspectiva de melhora desse fenômeno no sistema de ensino seria: compreender, orientar e acompanhar o jovem no importante momento em que realiza a sua primeira escolha no campo da formação profissional. O acompanhamento pode levar à significativa redução

¹⁵Criado em 13 de julho de 2005, em Mogi das Cruzes – SP, o Instituto Lobo é uma associação sem fins lucrativos cuja fundação foi motivada pela ambição de transformar competências e experiências acadêmicas em desenvolvimento nacional, com ênfase nas suas principais áreas de atuação. Tem por objetivo contribuir na solução dos problemas brasileiros nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

das taxas de abandono e/ou outros tipos de fracasso escolar. No caso da educação técnica, a prevenção da evasão é de fundamental importância para a sociedade, pois sua ocorrência é uma das principais razões para a baixa qualificação e habilitação profissionais (DORE, 2013).

Dessa forma, segundo Violin (2012), atribuir ao aluno o papel de fracassado é um reducionismo que além de não corresponder à realidade, centraliza no estudante a responsabilidade pela desistência, não considerando outros agentes, como as condições sociais, a família, o sistema educacional e a própria instituição escolar (VIOLIN, 2012).

Portanto, percebe-se, pela revisão da literatura aqui realizada, o quão é complexo o fenômeno em questão e que demanda uma análise mais cuidadosa e responsável sobre o processo, pois há uma série de fatores envolvidos no processo de evasão ou permanência, principalmente porque se tratar de indivíduos e não simplesmente de um número apresentado pelas estatísticas dos órgãos oficiais, que se enfatizam dados mais alarmantes quando se trata das camadas sociais menos favorecidas.

3.2 EVASÃO ESTUDANTIL NO UNIVERSO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR

Os estudos de Bueno (1993), que se mantem atual, oferecem alguns indicadores importantes para investigar o problema no âmbito do Ensino Superior técnico, uma vez que levam o discente a uma escolha profissional.

O autor ressalta que a problemática de Evasão Estudantil no universo da educação técnica profissional de Nível Superior, deve ser compreendida enquanto uma questão mais ampla no que concerne à escolha profissional pelos jovens. Enfatiza que evasão não envolve poucos aspectos, mas se caracteriza por um conjunto de fatores que são multiplicativos e que vão definir as decisões e motivações do estudante.

Há ainda a dificuldade de adaptação ao currículo escolar, como também, nem sempre o aluno observa suas expectativas profissionais ao avaliar os requisitos exigidos e habilidades necessárias para a formação naquela profissão (BUENO, 1993)

Dessa forma, as dificuldades de adaptação do adolescente e as falhas na escolha profissional favorecem a evasão em alguns cursos. Sendo assim Bueno (1993), afirma que essas questões

apontam para a existência de problemas que precisam ser cuidadosamente diagnosticadas e enfrentadas pelos diversos cursos das Instituições de ensino.

Além dos estudos de Bueno (1993), pode-se ainda acrescentar, o Relatório do Tribunal de Contas da União-TCU, que realizou entre agosto de 2011 e abril de 2012, uma auditoria operacional na Rede Federal de Educação Profissional, cujo objetivo foi avaliar a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e um dos cinco aspectos avaliados era referente à caracterização da evasão e medidas de como reduzi-la.

Conforme o relatório (TCU, 2012), quando se analisam as taxas de conclusão no ensino técnico da Rede Federal, a situação é a seguinte: situa-se em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo. Ou seja, muito baixa as taxas de conclusão na escola técnica da Rede Federal. Pelos dados apresentados pelo TCU, em todas as modalidades menos de 50% dos alunos que ingressam em um curso, conseguem concluí-lo (SOUZA, 2014).

De acordo com os auditores do TCU algumas possíveis causas de evasão no ensino técnico da rede federal, pode-se observar:

- problemas de desempenho acadêmico/déficits educacionais oriundos da formação recebida desde a educação básica;
- Situação socioeconômica das famílias dos estudantes;
- Aspectos relacionados com a infraestrutura das escolas;
- Cursos de nível superior altamente especializados, que exigem conhecimentos sofisticados por parte dos alunos.

Ademais, o TCU fez uma série de recomendações à Secretaria de Educação Tecnológica-SETEC do Ministério da Educação – MEC, para a otimização do levantamento e acompanhamento dessa evasão com vista a minimizá-la tanto no presente0 como no futuro. E com isso o Campus Petrolina Zona Rural também teve que se adequar a essas recomendações que serão detalhadas no próximo subitem.

3.3 DADOS DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE SOBRE EVASÃO ESTUDANTIL RECOMENDADA PELA SETEC NO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL.

Os dados que serão apresentados a seguir, foram trazidos pelo relatório final da Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes do IF SERTÃO-PE, instituída pelo Campus Petrolina Zona Rural, recomendado pela SETEC. Da qual foi acompanhada apenas como observadora diversas reuniões no intuito de entender o fenômeno da evasão estudantil no campus.

Essa comissão realizou várias ações. A primeira delas foi a realização de um levantamento dos motivos que levaram os alunos a abandonar de vez os cursos do IF SERTÃO-PE Campus Petrolina Zona Rural. Essa ação foi efetuada através de ligações telefônicas para os alunos identificados como evadidos. Contudo, não se obteve muito sucesso, uma vez que alguns números telefônicos se encontravam desligados, ou as ligações não completavam, além de que alguns números não mais pertenciam ao aluno evadido.

Ao todo foram entrevistados 12 evadidos do total 100 estudantes que correspondiam aos diversos cursos do Campus (Ensino Médio Integrado em Agroindústria na Modalidade EJA, Tecnologia em Viticultura e Enologia, Bacharelado em Agronomia e Ensino Médio Integrado em Agropecuária). As causas da evasão estudantil no Campus encontradas foram:

- mudaram-se para outra instituição;
- necessidade de trabalho;
- dificuldade no transporte;
- problemas de saúde;
- problemas financeiros de ordem pessoal;
- falta de assiduidade a aulas;
- falta de estímulo para continuar os estudos.

Assim, após esse diagnóstico prévio das causas da evasão estudantil coletadas pelas ligações telefônicas, sucedeu-se a uma segunda etapa, caracterizada pela abertura das discussões com professores do IF SERTÃO-PE, Campus Petrolina Zona Rural, na intenção de saber se os docentes concordavam com as respostas trazidas pelos alunos evadidos. Dessa forma, foram feitas reuniões que na ocasião foi realizada uma apresentação acerca da Subcomissão Permanente de

Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes do Campus e apresentado os registros da entrevista com os estudantes para os professores.

De acordo com o relatório da Comissão, segundo a fala de um dos professores:

Professor A: *“Existem casos de alunos que deixam de ir à instituição porque apresentam um desempenho ruim e há também aqueles que, no extremo oposto, evadem ou abandonam os estudos por não se sentirem desafiadas e estimuladas. Tais situações requerem a parceria e o trabalho multidisciplinar entre os profissionais da escola, e por vezes, a implantação de projetos de formação que auxiliem o professor a “ensinar para todos”, não excluindo nenhum aluno”*.

Conhecer as causas da evasão é crucial para o sucesso desses cursos, conforme explica Araújo (2013).

Nesta pesquisa todos os cursos ofertados foram pesquisados, porém apenas os resultados dois cursos superiores existentes no Campus foram trazidos, pois é o que realmente interessa neste texto. O relatório foi finalizado no ano de 2016 e será utilizado aqui como instrumento para melhor entender o fenômeno estudado no Campus.

Conforme afirma Dore (2013), qualquer que seja o motivo, o abandono da instituição de ensino na da vida de um jovem pode trazer repercussões negativas ao desenvolvimento de sua vida adulta. Lopes (2010) salienta que para que esses motivos que levam a evasão estudantil sejam minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo dos anos pelos gestores escolares e suas equipes, que tem a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem o que, obviamente, se perde quando o aluno não vai à aula.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta parte deste Projeto de Intervenção foi elaborada com a finalidade analisar as causas de evasão dos dois cursos superiores do IF SERTAO-PE, Campus Petrolina Zona Rural. Buscou não apenas identificar os fatores diretamente sinalizados pelos ex-alunos como causas do abandono, mas compreender as relações entre os diversos elementos presentes em suas características. A investigação, que envolveu pesquisa documental e bibliográfica, assumiu a forma de um estudo de caso. No que diz respeito à abordagem, a pesquisa foi de natureza qualitativa e empregou a estratégia da análise de conteúdo para o tratamento do material, coletado por intermédio de questionários.

Na intenção de amadurecer, reconhecer as antigas falhas e buscar a superação de tais obstáculos, é indispensável pensar no método que será utilizado na pesquisa. Najmanovich (2003) propõe uma reflexão e encoraja a experimentação de um novo saber do método, em que não estejam obscuros os caminhos tortos e as incertezas da trajetória.

Metodologia Científica é muito mais do que algumas regras de como fazer pesquisa. Ela auxilia a refletir e propicia um “novo” olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo (GOLDENBERG, 2005, p. 11, grifo do autor).

Os procedimentos metodológicos foram divididos em quatro tópicos no intuito de proporcionar a compreensão. No primeiro tópico, será apontado o tipo de abordagem adotada na pesquisa; no segundo, serão destacados os sujeitos participantes; no terceiro, serão conhecidos os instrumentos e coletas de dados; e quarto tópico, será apresentada a análise e interpretação dos dados investigados a luz do referencial bibliográfico utilizado.

4.1 ABORDAGEM E TIPO DA PESQUISA

Subsidiado teoricamente por Lüdke e André (1986), foi utilizada a pesquisa qualitativa e mais especificamente o estudo de caso como método para o desenvolvimento de tal pesquisa, haja vista que “ele deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação particular, singular”(LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.17).

A principal instigação para o estudo deste caso foi a necessidade de se buscar entender o fenômeno da evasão estudantil no ensino superior no curso de Bacharelado em Agronomia e Tecnólogo em Viticultura e Enologia do Campus Petrolina Zona Rural do IF SERTÃO-PE, como já enfatizado

neste trabalho. O recorte temporal da pesquisa se dá a partir do primeiro semestre letivo de 2014 até o segundo semestre de 2017.

Nesse sentido foi possível apontar também uma variedade de documentos, no caso desta pesquisa, utilizaram-se documentos da secretaria de Controle Acadêmico do Campus, no que se relaciona aos requerimentos de solicitação de desistência do curso, consultou-se também o Projeto Político Pedagógico – PPP, bem como o Projeto Pedagógico-PPC dos dois cursos estudados; além desses, foram utilizados, ainda, informações os dados sobre matrícula, com quantidade e ano de ingresso, endereços eletrônicos e telefones dos alunos disponibilizados no SAGE, um *software* institucional, que é o Sistema de Apoio à Gestão Educacional, bastante referenciado ao longo desse estudo.

Além desses documentos, foram utilizados o Relatório do Tribunal de Contas-TCU realizado em 2012; o Relatório da Comissão Própria de Avaliação do IF SERTÃO-PE, realizado em 2017; resultados do censo de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- o IBGE, 2012; bem como o site institucional do IF SERTÃO PE.

Objetivou-se com esta coleta de dados, relacionar os indicadores educacionais, no que se referia, especialmente, com as percepções dos diversos atores sobre o fenômeno em estudo. Os demais procedimentos metodológicos serão detalhados mais adiante em subitens específicos.

4.3 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

Investigar um fenômeno social faz-se necessário não apenas para conhecer os atores envolvidos, como também compreender o que eles pensam, sentem e em que acreditam sobre isso. Com esse intuito, utilizou-se o questionário com algumas questões abertas por entender que será por meio desses relatos que se alcançarão informações importantes sobre “(...) os estímulos ou experiências a que estão expostos e para o conhecimento de seus comportamentos” (SELLTIZ, WRIGHTSMAN E COOK, 1997, p.15) e percepções sobre o fenômeno estudado:

Os relatos podem ou não ser aceitos pelo seu valor aparente: podem ser interpretados à luz de outros conhecimentos a seu respeito, ou em termos de alguma teoria psicológica; ou ainda, é possível fazer inferências sobre aspectos da atuação dos sujeitos que não foram relatados por eles. Quaisquer que sejam a quantidade e o tipo de interpretação, no entanto, o ponto de partida é o auto-relato (*ipsis litteris*) do sujeito. Por isso, o investigador só pode coletar material que o sujeito possa relatar e esteja disposto a fazê-lo. (SELLTIZ, WRIGHTSMAN E COOK, 1997, p.15).

De acordo com os autores acima, a percepção dos dados coletados por meio do referido instrumento da pesquisa possibilita um maior aprofundamento na análise da realidade investigada.

4.3.1 Questionário

Um tipo de coleta de dados muito usual em pesquisa, formado por uma série de perguntas, que devem ser respondidas na ausência do pesquisador. Os questionários são geralmente enviados, por meio do correio ou por um portador. Atualmente, com o advento da tecnologia da informação, muitos pesquisadores têm se utilizado dos meios eletrônicos pela facilidade e redução dos custos operacionais da pesquisa (SOUZA, 2014).

No caso desta pesquisa, optou-se por apenas uma questão estruturada com livre opção e pelo tipo questão totalmente livre. A pesquisadora elaborou perguntas abertas, que permitiam ao informante responder livremente, emitindo sua opinião a respeito das questões sobre o fenômeno estudado.

Em se tratando de questionário impresso, segundo Lakatos e Marconi (2010), a devolução deles pelos participantes da pesquisa alcança uma média de devolução de 25%. Alguns fatores são responsáveis por exercer influência na devolução dos questionários: quem patrocina, o tamanho do questionário, o modo atrativo de solicitação, a facilidade de preenchimento e de devolução, motivação para responder e o tipo de classe a quem se destina (LAKATOS E MARCONI, 2010).

Nesta pesquisa, os questionários foram enviados e recebidos via correio eletrônico nos dois cursos e tiveram uma taxa de retorno de 47%, ou seja, uma taxa bem elevada em relação à média apontada por Lakatos e Marconi. (2010).

Um fator que possa ter contribuído para essa média na devolutiva, deveu-se ao fato, de a própria pesquisadora ter falado com cada participante por telefone, solicitando-lhe a colaboração na pesquisa e destacando a importância do estudo, bem como ter enviado juntamente com o questionário o Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento -TCLE, aos participantes. E, outro fator, pode ter sido o meio utilizado para o recebimento e devolução do questionário que foi o correio eletrônico, uma vez que todos os participantes disponham desta ferramenta, facilitando o processo.

Entretanto, pode-se citar algumas desvantagens do questionário que são: perguntas sem respostas, não pode ser aplicado a pessoas com baixo nível de escolaridade, o informante não pode ser ajudado em perguntas não compreendidas, devolução tardia, desconhecimento do contexto no qual foi preenchido dificultando no controle e verificação, respostas limitadas, dentre outras. (LAKATOS E MARCONI, 2010).

Como vantagens para o uso do questionário, Lakatos e Marconi (2010) e Selltiz, Wrightsman e Cook (1997), destacam os seguintes aspectos: economia de tempo, obtenção de um maior número de dados, alcança um grande número de informantes simultaneamente e de área geográfica, há uma maior liberdade nas respostas em função do anonimato, exerce menos pressão sobre o respondente; há menos possibilidade de manipulação nas respostas pelo fato da não presença do pesquisador, dentre outros.

A preparação de um questionário requer cuidado a fim de garantir sua eficácia e validade. Conforme Lakatos e Marconi (2010), o processo de elaboração é demorado e com certo grau de complexidade, uma vez que é preciso levar em consideração alguns aspectos importantes, como: preocupação na seleção das perguntas a fim de conseguir as informações desejadas e válidas, a quantidade de questões deve estar em conformidade com o objetivo proposto, não muito extenso para não ficar cansativo e desinteressante para o participante, nem o inverso, não garantido o atendimento do objetivo; além disso, é importante se preocupar com o aspecto material e formal: tamanho, facilidade de manipulação, espaço adequado para as respostas, disposição dos itens e linguagem clara.

As possibilidades de respostas necessitam, também, de um trabalho cuidadoso na sua elaboração. Basicamente, existem dois tipos de respostas: aquela em que o respondente pode responder livremente e aquela em que o pesquisador sugere uma série de respostas possíveis. Destes dois tipos, pode-se desmembrá-las em quatro tipos de questões: a) questão totalmente livre; b) questão livre com limite; c) questão estruturada com livre opção; e d) questão totalmente estruturada.

Em relação às respostas obtidas através dos questionários aplicados, foram estruturadas numa tabela do pacote Microsoft Excel 2010 e em seguida foram tabuladas. Os resultados foram apresentados na sessão seguinte.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 PERFIL DOS ALUNOS DO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL DO IF SERTÃO-PE.

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Campus Petrolina Zona Rural do IF Sertão-PE. A escolha da instituição se deu pela facilidade de acesso aos dados, pois a pesquisadora faz parte do corpo técnico administrativo da instituição, bem como pelo movimento de expansão vivido pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da oferta de novos cursos, ampliação de infraestrutura e investimento nas áreas de pesquisa e extensão, na busca pela consolidação de seu compromisso acadêmico e social com a comunidade.

Os dados foram coletados no Sistema de Apoio à Gestão Educacional (SAGE, 2018), a partir de autorização formal, com a assinatura do documento de uso de dados¹⁶.

Sendo assim, o quantitativo de todas as matrículas¹⁷ nos anos de 2014 a 2017 em oitos semestres letivos teve uma média de 899,6 alunos matriculados no âmbito do Campus CPZR, conforme tabela 02:

Tabela 02 - Quantitativo de matrículas efetuadas no âmbito do CPZR entre os períodos de 2014 a 2017.

ANO/SEMESTRE	NÚMERO TOTAL DE ALUNOS
2014.1	873
2014.2	973
2015.1	886
2015.2	884
2016.1	895
2016.2	894
2017.1	887
2017.2	905

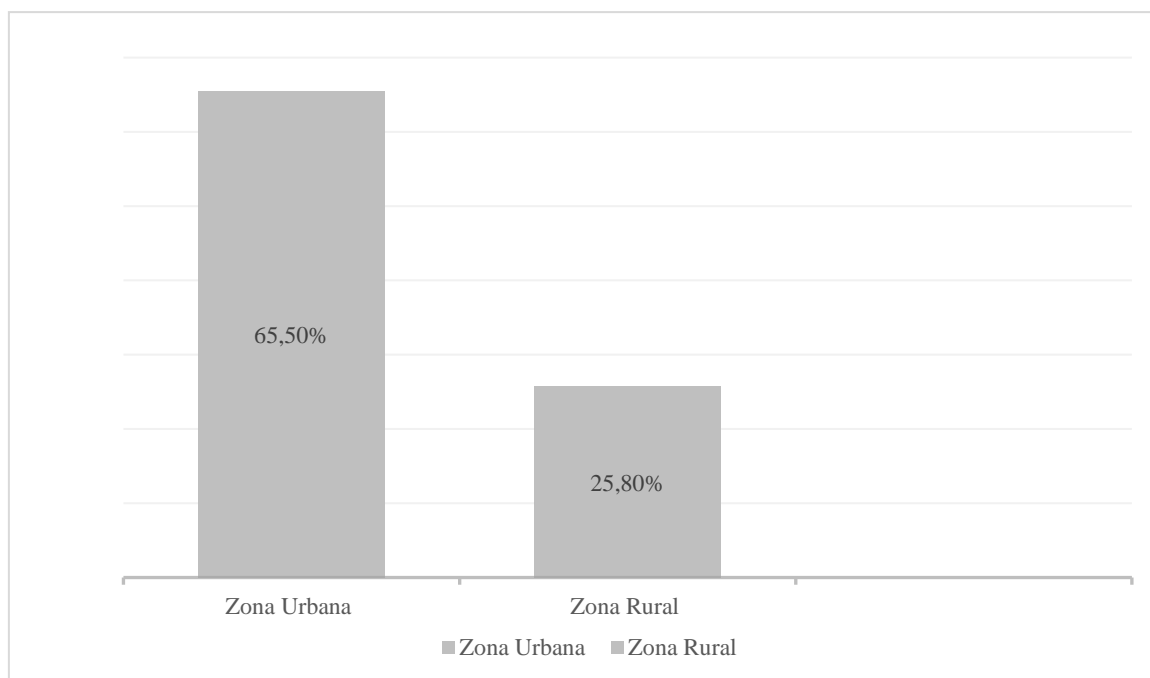
Fonte: Sistema de Apoio à Gestão Escolar (SAGE, 2018).

Quanto área de procedência dos alunos, na instituição, pelo menos 65,5% desses estudantes moram na zona urbana e 25,8% são de áreas rurais.

¹⁶ Apêndice 02

¹⁷ O Campus possui cursos de Técnico em Agropecuária; Técnico em Agricultura; Técnico em Agroindústria; Técnico em Zootecnia; Tecnologia em Viticultura e Enologia e Bacharelado em Agronomia. 0

Gráfico 01- Área de procedência dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017



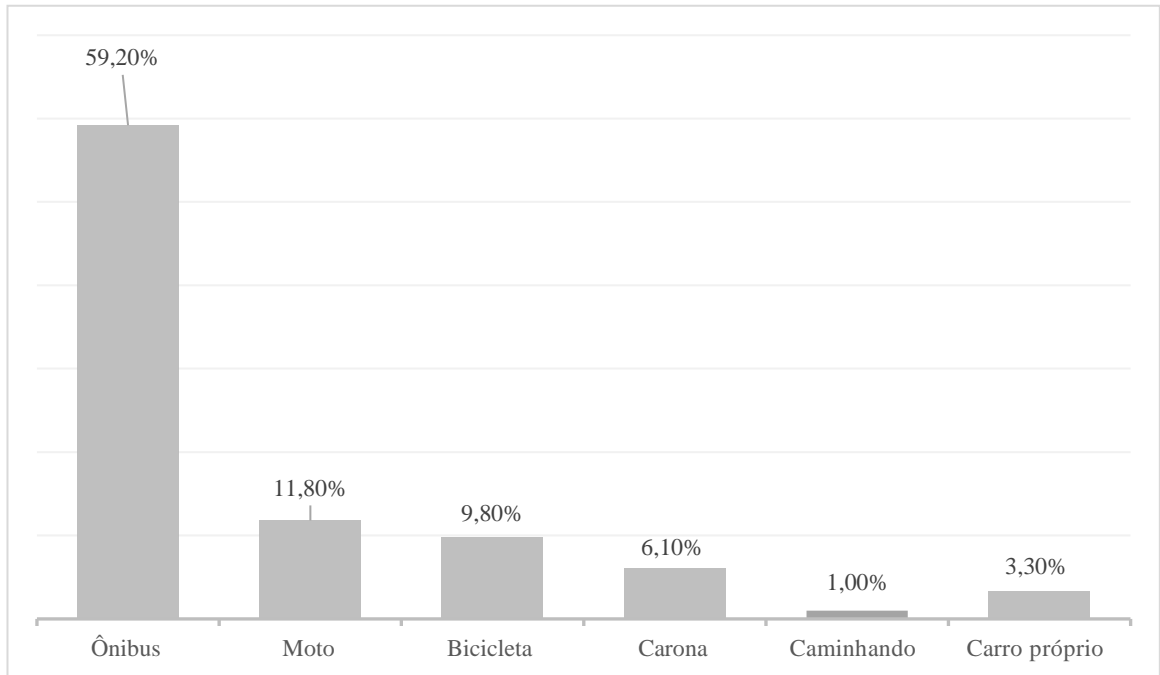
Fonte: Sistema de Apoio à Gestão Escolar (SAGE, 2018).

Vale lembrar que por se tratar de um Campus que fica localizado no interior do município de Petrolina Pernambuco (20 km da cidade), esse quantitativo pode ser de alunos residentes tanto na cidade de Petrolina como também em outros municípios¹⁸. Apesar dos dados informarem que a maioria dos alunos moram em área urbana, isso não significa facilidade de acesso ao Campus, uma vez que o município tem seu território localizado majoritariamente na zona rural, podendo ser um fator que dificulta o acesso à instituição.

O gráfico 2 aborda os meios de transportes utilizados para o acesso par o deslocamento a unidade educacional:

Gráfico 02- Meio de transporte utilizado dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017:

¹⁸ Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, entre outros.

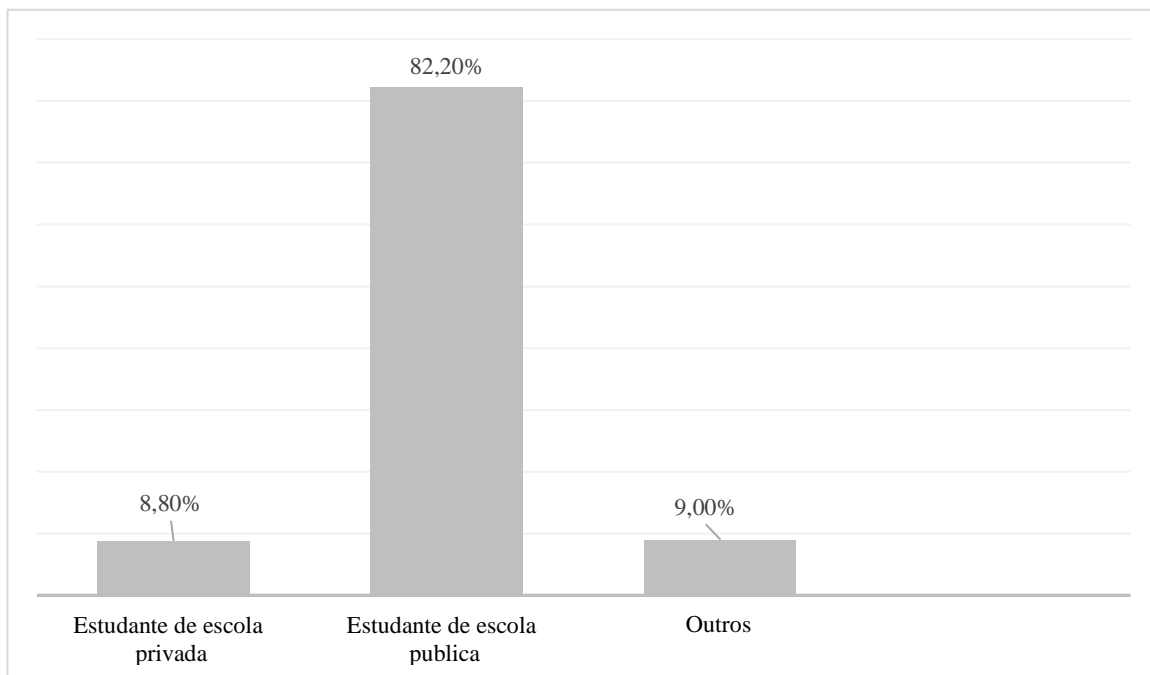


Fonte: SAGE (2018).

Logo, o município de Petrolina-PE tem um território extenso, de modo que a maioria usa transporte coletivo, 59,2 % dos alunos, como se observa no gráfico 02. Ou seja, o aluno precisa dispor de certa quantia financeira diária para chegar até a instituição. Isso pode ser um elemento que estimule a evasão no Campus, apesar de existir o auxílio transporte esse não contempla todos.

No SAGE (2018) também foi possível encontrar o tipo de rede em que o aluno estudou, como vê-se a seguir.

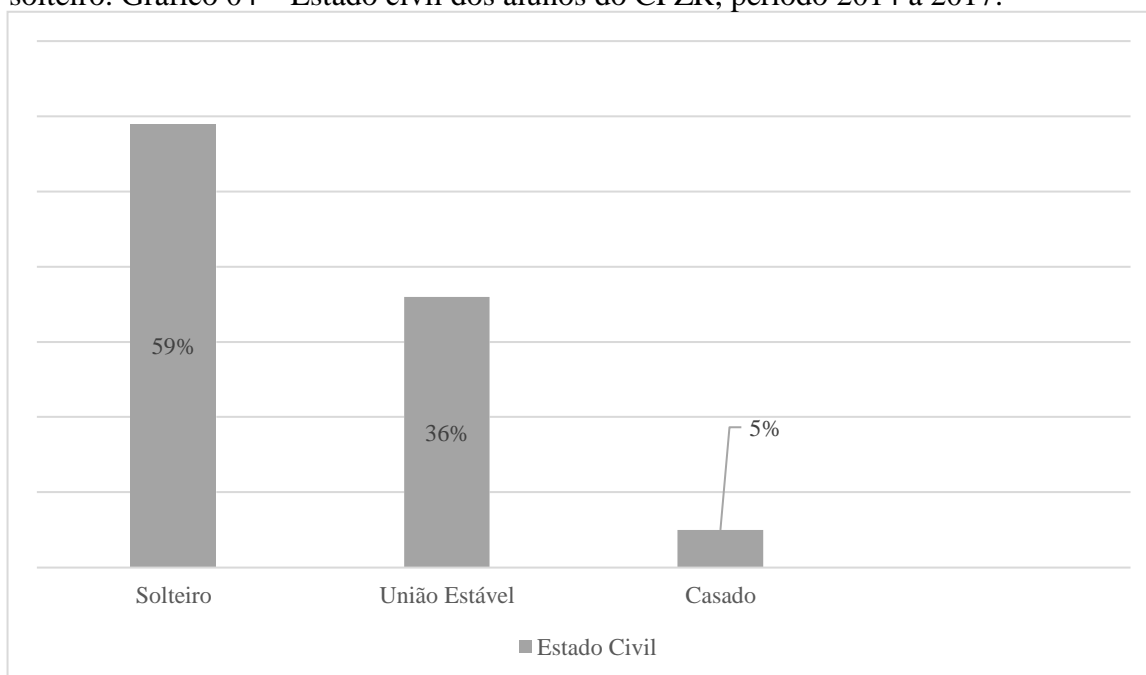
Gráfico 03- Tipo de rede de ensino dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017:



Fonte: SAGE, (2018).

Pelo gráfico 03, percebe-se que 82,2% alunos estudaram integralmente na escola pública, e apenas 8,8% na rede privada.

Quanto ao estado civil dos alunos do Campus é possível observar que grande maioria é solteiro. Gráfico 04 – Estado civil dos alunos do CPZR, período 2014 a 2017:

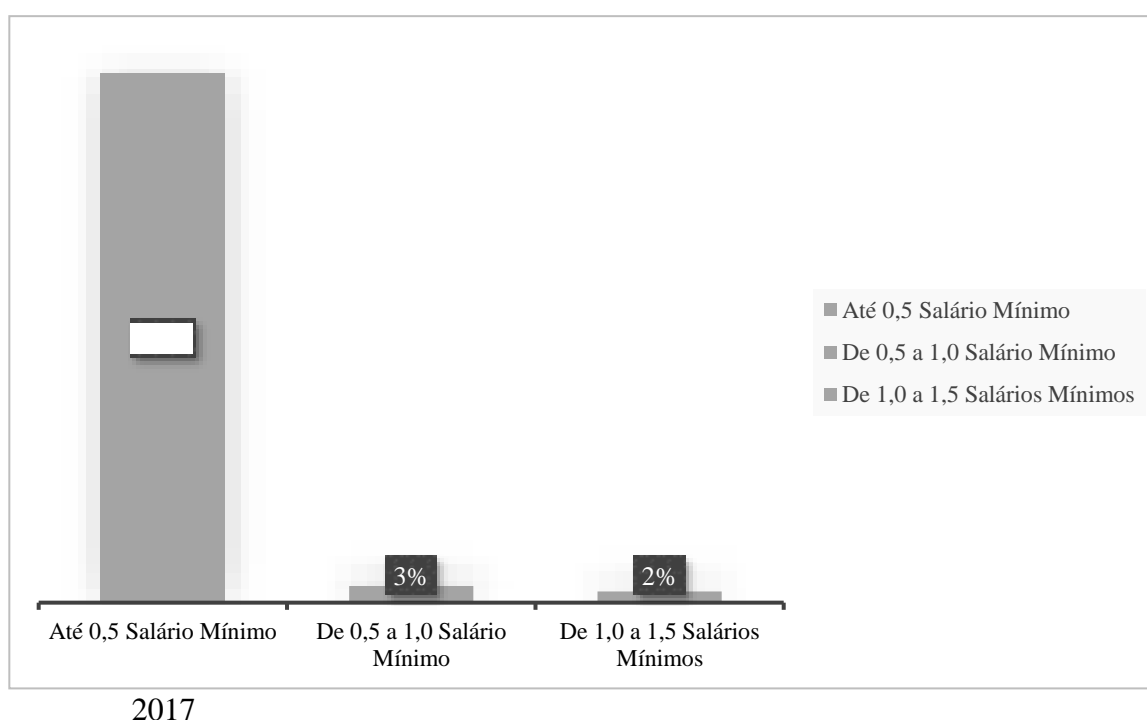


Fonte: SAGE, (2018).

Quanto ao estado civil, observa-se no gráfico nº 4, que a grande maioria é solteira, apenas (9,76%) alunos são casados. Isso implica dizer que a situação civil não é elemento que poderia dificultar a permanência do aluno no curso, pois grande parte dos alunos não constituiu ainda família.

Em relação à percepção da renda familiar dos estudantes, pode-se observar através do gráfico a seguir que pertencem a famílias oriundas de baixa renda.

Gráfico 05- Renda Familiar dos alunos do CPZR evadidos, período 2014 a



Fonte: SAGE (2018).

Pelos dados do gráfico 05, percebe-se que a maioria das famílias dos alunos tem uma renda per capita em torno de menos de meio salário mínimo, compreende-se que são alunos oriundos de famílias de baixa renda.

A partir dos dados apresentados, é possível ter uma visão mais geral dos estudantes do Campus Petrolina Zona Rural e assim compreender alguns aspectos relacionados aos sujeitos participantes da pesquisa. A contribuição desses participantes com suas diferentes perspectivas, vivências e percepções, contribuíram para a compreensão dos múltiplos fatores determinantes da evasão estudantil no Instituto Federal do Sertão Pernambucano- Campus Petrolina Zona Rural.

A seguir, será apresentada a análise somente dos sujeitos dos dois cursos participantes desta pesquisa. É importante lembrar que não será revelada a identidade dos sujeitos para dar maior liberdade de expressão.

5.2 PERFIL DOS ALUNOS EVADIDOS DO CURSO DE VITICULTURA E ENOLOGIA

A expansão e ampliação da oferta do curso de Tecnólogo em Viticultura e Enologia ofertado pela instituição despertou a preocupação com o percurso acadêmico dos alunos ingressantes. Junto a esse percurso estão os enfrentamentos vividos pelos alunos no que se refere ao número de evadidos que foi gradativamente aumentado nos anos de 2014 a 2017 de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 03- Quantidade de alunos do curso de Viticultura e Enologia que evadiram entre 2014 a 2017.

ANO	Nº DE EVADIDOS EM VITICULTURA E ENOLOGIA
2014	12
2015	21
2016	24
2017	33
Total	90

Fonte: arquivos da autora (2018).

Foram selecionados todos os estudantes evadidos do curso de Tecnólogo em Viticultura e Enologia Campus Petrolina Zona Rural, no período de 2014 a 2017.2. De acordo com os dados acima disponibilizados pelo setor de secretaria de controle acadêmico esse total foi de 90 alunos. Entretanto, para a aplicação do questionário, apenas 37 conseguiu-se o contato telefônico e participaram da pesquisa. Desses, 23 alunos se declararam do sexo feminino e 14 se declararam do sexo masculino. A faixa etária deles estava entre 18 a 28 anos.

Sendo assim, o perfil dos alunos evadidos no curso de Viticultura e Enologia tem representação 70% dos estudantes pertencentes ao sexo feminino e 30% do sexo masculino.

Em relação ao questionário aplicado, perguntou-se aos alunos se o curso ingressado tinha sido a primeira opção de ingresso numa Instituição de Ensino Superior-IES e 76% responderam que não. Para Souza e Silva (2003), as limitações de recursos financeiros e a origem popular levam à restrição de ações escolares de longo prazo, como planejar o futuro educacional e profissional.

Sampaio *et al* (2011), salientam que a renda tem papel essencial não só por proporcionar aos mais ricos melhores condições de estudo, acesso às instituições privadas e a cursinhos preparatórios para

o vestibular, mas também por possibilitar ao aluno maior oportunidade de escolha da carreira que melhor se adeque as suas aptidões, favorecendo assim a permanência da desigualdade.

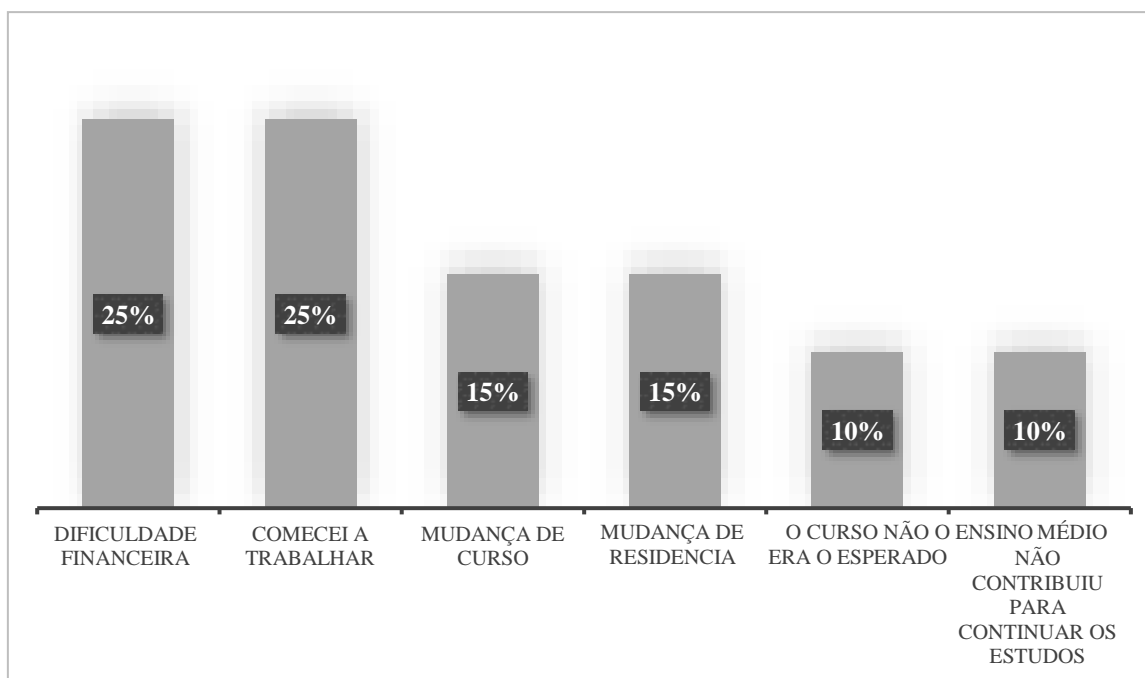
As informações obtidas pelo questionário demonstraram ainda que no curso de Viticultura e Enologia 47% dos investigados abandonou o curso antes mesmo de iniciar e 38% desistiu no primeiro ano de ingresso logo após sua matrícula. Isso pode ter causas importantes, conforme afirma Ribeiro (2003), a evasão seria um fenômeno que revela uma crítica à instituição superior que não consegue se estruturar de modo compatível com novos modos de comportamento. Para ele, a evasão pode ser vista como uma reação às fronteiras disciplinares que permeiam o que a instituição oferece a seus estudantes. A forma como cada área se delimita até espacialmente e a especialização extrema do saber já não dão mais conta das necessidades humanas relativas ao conhecimento. As instituições não podem restringir seu espaço de liberdade, criação e cultura, mas devem promover espíritos inquietos e não ter como objetivo central a emissão de diplomas que dão acesso linear a uma profissão, sua função é apresentar os múltiplos saberes que extrapolam fronteiras, propõem novas áreas de fricção entre eles e derivam da inovação. (RIBEIRO, 2003)

Quando perguntado sobre quais informações os alunos tinham do curso 74,07% responderam que não tinham nenhum tipo de informação suficiente sobre as atribuições do curso superior de Tecnologia em Viticultura Enologia. Segundo Francisca Silva et al. (2012) algumas das causas da evasão são: falta de informações sobre o curso, descontentamento com a profissão, imaturidade ao escolher o curso, pouca interação com o curso. Para isso então, propõe-se campanha de divulgação dos cursos superiores durante todo o ano nas escolas circunvizinhas, conforme proposta de intervenção desdobrada na próxima sessão.

De acordo com Barlem et al., (2012), são muitos os motivos apresentados como desencadeadores do processo de evasão do curso, uma vez que a decisão inicial da opção de cursá-lo, na maior parte das vezes, frágil e sem suficiente reflexão e conhecimento, pode repercutir em falsas expectativas em relação ao curso e que, quando não atendidas, contribuem para o surgimento de sentimentos de decepção, desmotivação, perda do entusiasmo e frustração.

O gráfico a seguir traz os resultados das causas de evasão estudantil do curso de Tecnólogo em Viticultura e Enologia do Campus Petrolina Zona Rural.

Gráfico 06- Motivos da desistência nos cursos de Tecnólogo em Viticultura e Enologia:



Fonte: arquivos da autora (2018).

De acordo com o gráfico 06 apresentado acima, o motivo que levaram a desistir do curso de Tecnólogo em Viticultura e Enologia não foi apenas um. Segundo a pesquisa, identificou-se que são vários os motivos para a ocorrência da evasão, tais como: problemas financeiros, horário de trabalho incompatível com o de estudo, como também falta de orientação vocacional e desconhecimento da metodologia do curso, deficiência da educação básica, mudança de endereço, concorrência entre as IES privadas, reprovações sucessivas, falta de perspectiva de trabalho, falta de referencial na família, entrar na faculdade por imposição, casamento não planejados/nascimento de filhos.

Neste curso, observou-se que houve uma porcentagem maior foi para a “dificuldade financeira” com 25% em primeiro lugar e empatando com a “incompatibilidade com o horário do trabalho e do curso” em segundo.

Porém, esse não é um problema unicamente do Campus Petrolina Zona Rural, em outras pesquisas alguns escritores já evidenciaram isso, como a partir dos estudos de Platt Netto et al (2008), Moraes e Theóphilo (2011), Falcão e Rosa (2008) dentre outros autores, elaborou-se uma relação de motivos que foi apresentada aos entrevistados, que são os seguintes: troca de trabalho e/ou emprego, aqui situa-se situações de trabalho formal ou não, assim como situações que caracterizam

estágio remunerado; mudança no trabalho, como sair de uma filial e ir para outra em outra cidade ou local; transferência ou mudança para outra cidade, excetuando-se o motivo trabalho/emprego; a necessidade de sustentar a família, que se dá por um trabalho informal ou expectativas de novo trabalho; carga horária de trabalho excessiva o que infere atrasos e/ou faltas frequentes; incompatibilidade de horário entre o trabalho e a universidade, o que infere concomitância de horário das aulas e de trabalho, o que é comum em cursos diurnos.

A partir das respostas dos estudantes evadidos de Viticultura e Enologia, em terceiro lugar, com percentual de 15% ficou a opção de “mudança de residência” que empatou com “mudança de curso”.

Em seguida, com 10% cada ficaram as respostas “o curso não era o pretendido” e o “ensino médio não contribuiu para continuar os estudos”. No campus Petrolina Zona Rural a maioria dos estudantes é de escola pública, de acordo com a identificação dos sujeitos no gráfico 03. Muitos alunos oriundos de escolas públicas se chocam ao ingressarem na universidade devido às abordagens pedagógicas serem distintas do ensino médio e, por vezes, inadequadas ao perfil desse aluno. O estudo de Gonçalves et al (2013) esclarece que alunos de escolas públicas, em especial, noturnas, lutam contra o cansaço e a falta de estrutura, buscando uma situação mais digna e conhecimentos que permitam uma melhora na vida cotidiana.

5.3 PERFIL DOS ALUNOS EVADIDOS DO CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA Juntamente ao setor da secretaria de controle acadêmico, conseguiu-se também o número total de 117 alunos evadidos do curso de Bacharelado em Agronomia como segue:

Tabela 04: Quantitativo de alunos evadidos do curso de Bacharelado em Agronomia entre 2014 a 2017.

ANO	Nº DE EVADIDOS EM BACHARELADO EM AGRONOMIA
2014	30
2015	23
2016	29
2017	35
Total	117

Fonte: arquivos da autora (2018).

Após contato prévio por ligação telefônica foram enviados os questionários por e-mail, porém apenas 53 questionários foram respondidos. Dentre esses, 38 alunos se declararam do sexo

masculino e o restante se declararam do sexo feminino. A maioria da idade desses ficou entre 18 a 30 anos.

Nos cursos de Bacharelado em Agronomia 88% do sexo masculino e 12% do sexo feminino. Portanto, a procura de alunos pelo curso de Bacharelado em Agronomia sempre é maior por pessoas do sexo masculino, conseqüentemente, sua evasão também. Porém, para Mazzetto e Carneiro (2002) a evasão é um grande problema que tem sido negligenciado tanto pelas autoridades governamentais e universitárias, como por professores, que tendem a ver como foco do problema somente o aluno, quando este está relacionado também a todo um contexto que o cerca.

Outra questão foi sobre a escolha do curso como primeira opção, 82% responderam que não haviam escolhido o curso de Bacharelado em Agronomia como sua primeira opção de ingresso numa instituição de ensino superior. As IES públicas ou privadas existem para atender a necessidades da sociedade no sentido de garantir o acesso ao conhecimento e à formação profissional. Assim, segundo Biazus (2004), é obrigação social das IES contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da efetivação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão, que constituem o tripé da educação superior. Para efetivar tal obrigação, no entanto, é preciso garantir o acesso e a permanência no sistema educacional. Nesse sentido, Rodrigues (2006, p. 215) pondera: “[...] as normas educacionais, de forma geral, devem ser interpretadas no sentido de garantir o acesso (ingresso inicial e reingresso) e, uma vez assegurado esse acesso, garantir a permanência do aluno no sistema, e mesmo sua reintegração, até que possa concluir o curso.”

Ainda de acordo com o questionário, 81% dos estudantes que evadiram do curso de Bacharelado em Agronomia cursaram apenas o primeiro semestre e 19% o segundo semestre. E 1% desistiu logo após a matrícula. Concordando com Coulon (2008), é nessa etapa de ingresso na instituição que é preciso “aprender a ser estudante”. Essa é uma realidade em que se experimentam confrontos de vários tipos, dentre os quais ele destaca três: o primeiro é o confronto entre a universidade e o colégio, em que se experimenta maior liberdade, autonomia, independência e descontinuidade pedagógica; o segundo refere-se ao confronto entre a universidade e o mundo do trabalho, visto que as novas demandas de estudante em geral se opõem as do trabalho; por fim o confronto com novas práticas que estão relacionadas desde a necessidade de se situar em relação ao local em que está inserido, até às regras de funcionamento que são completamente diferentes das dos colégios e das empresas.

Quando foi perguntado se tinha alguma informação sobre o curso 71,05% responderam não em Bacharelado em Agronomia, no qual 71,05% também responderam que não. Depreende-se, então, que a maioria dos alunos dos cursos de Bacharelado em Agronomia escolheu o curso aleatoriamente, sem conhecimento prévio sobre a natureza do curso.

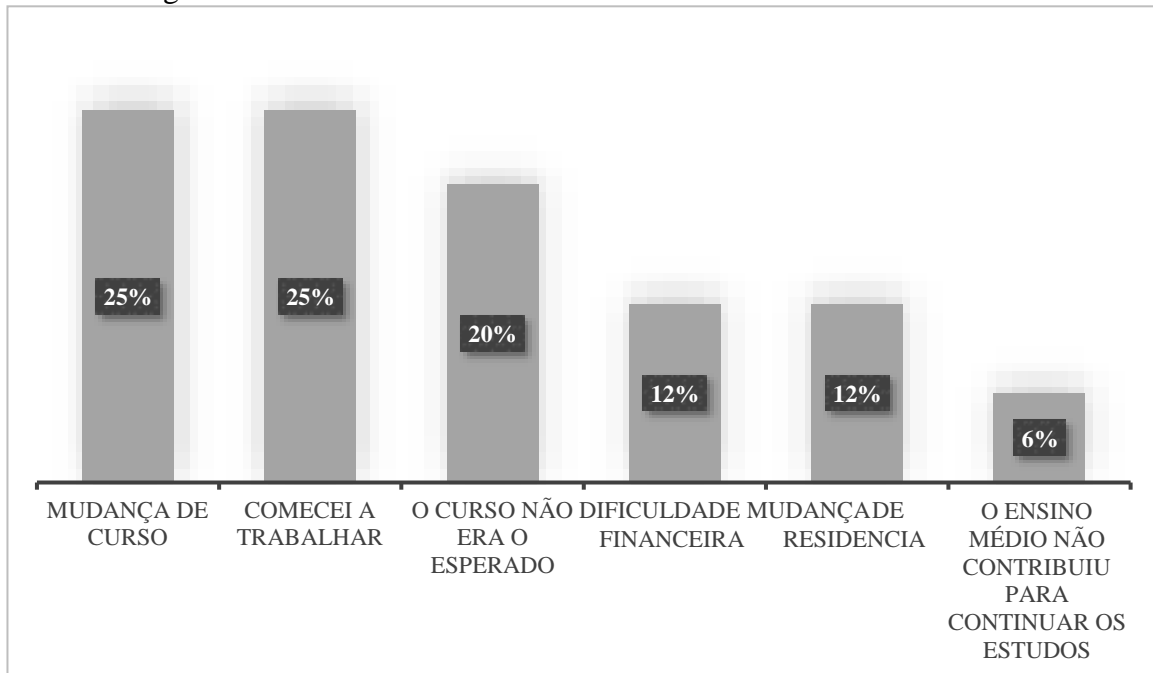
Para o curso de Bacharelado em Agronomia 75% dos alunos que desistiram estão regularmente matriculados em outra instituição de ensino superior e apenas 25% não estão. Conforme o pensamento de Moehlecke, (2005) pode-se diferenciar a evasão, na qual haveria o abandono dos estudos, da mobilidade, que significa a migração do aluno para outro curso. Para ele a evasão muitas vezes:

(...) não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício mas investimento, não é fracasso – nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da instituição, - mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades. (1995, p. 56)

Esta interpretação do fenômeno revela seu caráter subjetivo e suas diferentes motivações. Indica que tanto podem existir fatores institucionais que motivam a evasão como: acadêmicos, pedagógicos e estruturais e fatores externos como: situação financeira, local e horário de trabalho e moradia, quanto fatores pessoais relativos ao amadurecimento e às escolhas dos alunos como: indecisão pela área de estudo, falta de identificação com o curso etc.

No gráfico 07 a seguir, tem-se os achados da motivação de abandono do curso de Bacharelado em Agronomia Campus. Pode-se observar que como vários autores trazidos nesta pesquisa não existe apenas uma causa para a evasão escolar no ensino superior.

Gráfico 07- Motivo da desistência no curso de Bacharelado em Agronomia



Fonte: arquivos da autora (2018).

Entretanto, os números maiores de incidentes foram para “mudança de curso” com 25% e para “comecei a trabalhar e o curso não era compatível com meu horário” com 25%. Sendo um total de 50% somando-se os dois agravantes. Dessa forma, essa constatação alinha-se aos estudos de Arantes (2012), que diz que o significado do trabalho, para aqueles que vivem num ambiente familiar com necessidades financeiras, tem sinônimo de sobrevivência, fato que o nomeia superior ao estudo. É o que Siqueira (2001) conclui: “(...) trabalhar e estudar ao mesmo tempo é uma realidade contraditória e de sobrevivência, portanto uma necessidade”.

Em terceiro lugar nas respostas para as causas da evasão nos cursos de curso de Bacharelado em Agronomia ficou “o curso não era o esperado” com 20%. Essa questão foi quase predominante entre as respostas dos estudantes evadidos. Assim, para essa incidência propõe-se uma campanha de divulgação dos cursos superiores durante todo o ano nas escolas da região, conforme proposta de intervenção mais à frente.

Acredita-se que esse foi um dos aspectos preponderantes no curso de curso de Bacharelado em Agronomia. A maioria do aluno que ingressou não tinha clareza do que era o curso e não observou suas expectativas profissionais e muito menos parou para avaliar os requisitos exigidos e

habilidades necessárias para a formação naquela profissão, como bem destaca Bueno (1993) em sua pesquisa no universo do ensino superior, gerando uma alta evasão no curso de Agronomia.

Por outro lado, ainda de acordo com Bueno (1993), por ser uma escolha profissional que o jovem faz para sua vida, e nem sempre é aquilo que ele idealizou a princípio, ocorrendo muitas vezes decepção com o curso, dentre outros fatores, levando-o a não permanecer no mesmo. Enfatiza ainda que o fenômeno da evasão discente nos cursos superiores, deve ser visto como sendo uma discussão mais ampla sobre esta escolha profissional pelos jovens. Reforça que a evasão envolve um conjunto de fatores que são multiplicativos e que vão definir as decisões e motivações desses jovens. Elenca alguns pontos importantes para o desencadeamento da evasão. Ele cita as dificuldades de adaptação que atingem diferentemente em determinados estudantes dos diversos cursos, falhas na escolha profissional, dificuldade de adaptação ao currículo escolar, que pode ser decepção com o currículo do curso ou até dificuldade de rendimento mesmo.

Seguindo com as análises das repostas, o quarto e quinto lugar ficaram com as questões: “dificuldade financeira” e “mudança de residência” ambos com 12% . O restante foi para “o ensino médio não contribuiu para continuar com os estudos” com 6% das repostas.

Pode-se ressaltar que os aspectos evidenciados pelos participantes desta pesquisa estão relacionados com aspectos internos e também externos à instituição, o que confirma os estudos Dore e Soares (2011), que diagnosticou a existência de duas perspectivas que estão relacionadas com a evasão do aluno: a individual e a institucional, aspecto já detalhado anteriormente no referencial teórico. De acordo com esta pesquisa os motivos estão intrinsecamente ligados às duas perspectivas, que se referem aos aspectos como: dificuldade financeira; incompatibilidade com o horário do trabalho e do curso; o curso não era o pretendido; ensino médio não contribuiu para continuar os estudos; mudança de residência. Todos esses fatores foram citados pelos dois grupos como influencias para a motivação da evasão.

Em razão disso, esse trabalho tem o objetivo de elencar (dentro da realidade na qual se encontra o Campus, conforme suas especificidades, para com os cursos estudados) estratégias que venham colaborar com a permanência do aluno na instituição, fazendo com que tanto os requisitos educacionais por parte da equipe do Campus sejam desenvolvidos, como também, os alunos possam estar mais engajados com o processo do ensino aprendido.

6 PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS INTERSETORIAIS NO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL/ IF SERTÃO -PE

Após descrever e analisar o presente caso, e observar as implicações da inexistência de um planejamento sistemático e articulado de ações Intersetoriais no Campus Petrolina Zona Rural, é interessante propor, ainda que em linhas gerais, duas frentes de intervenção: uma no tocante à construção e implementação de um Plano de Ações Articuladas Intersetoriais e, outra articulada a primeira, a construção e implementação de um sistema computacional (*software*) para o fomento de um banco de dados institucional. Evoca-se que este Plano de ações foi sugerido no Campus São Gonçalo do Amarante- SGA do Instituto Federal do Rio Grande do Norte- IFRN por uma dissertação de mestrado profissional que se tomou aqui como exemplo.

6.1 JUSTIFICATIVA DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS INTERSETORIAIS E DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O BANCO DE DADOS INSTITUCIONAL

A explicação para esse plano de intervenção deve-se ao fato de que ficou evidenciado pelos achados desta pesquisa de que representa uma das necessidades institucional um planejamento sistêmico de enfrentamento do fenômeno em estudo, como dos demais problemas educacionais da instituição pesquisada. Percebeu-se ainda que muitas ações são realizadas para o enfrentamento dessa e de outras questões educacionais, porém de forma pontual, muitas vezes isoladas, originária da iniciativa de determinados setores ou pessoas.

Portanto, para o entendimento da pesquisadora, as ações, quer sejam na área educacional ou em qualquer outra área de conhecimento, precisam ser bem planejadas e integradas/articuladas, pois terá um ganho de tempo, de esforços, de energias e de resultados.

Compreendendo-se que planejar é refletir sobre o que já existe, sobre o que se quer alcançar e com que meios se pretende utilizar para atingir o seu objetivo, é fundamental que este planejamento seja desenvolvido integrando os diversos setores responsáveis pelo sucesso do discente. Como é de conhecimento público, os Institutos Federais (IFs) dispõem de uma estrutura de apoio ao estudante que nenhuma outra escola pública dispõe em seus quadros de servidores. O IF SERTÃO-PE possui essa mesma estrutura funcional, quais sejam: equipe técnico-pedagógica, setor de atendimento psicológico, setor de assistência social, coordenação de cursos, além de outros setores ligados a

direção acadêmica, dentre outros. Estes setores foram apresentados, pois para o objetivo do plano que se irá propor, acredita-se que estes setores estão mais diretamente responsáveis pelo sucesso e permanência do aluno e necessitam estar em conexão para o enfrentamento da questão em estudo.

Todos os setores têm sua importância na instituição, mas falta uma maior integração ou um permanente diálogo entre eles e isso acaba favorecendo a evasão estudantil.

Outro aspecto constatado e acredita-se que se faz necessário implementar é um sistema informatizado para servir como um banco de dados institucional para monitoramento, avaliação e implementação de políticas educacionais. É bem verdade que a instituição já dispõe de um sistema, um software¹⁹ que disponibiliza uma série de dados institucionais, no entanto, considera-se que tem sido uma ferramenta subaproveitada pela instituição no sentido de capitalizar melhor este mecanismo que concentra uma série de informações importantes sobre o processo ensino aprendizagem e a vida do aluno para servir de constantes análises para sinalizar demandas e ações e/ou políticas voltadas para o atendimento das reais necessidades educacionais da instituição.

Mas, compreende-se que é um sistema que ainda deixa muito a desejar, pois ele funciona como algo estático, ou seja, as informações são sempre da situação atual do aluno, não fornecendo dados da trajetória estudantil, seja sobre êxitos ou fracassos enfrentados pelo aluno ao longo de sua trajetória acadêmica, ou até mesmo sobre a mobilidade acadêmica do aluno, bem como sobre suas causas.

Inclusive, é importante frisar, que a pesquisadora enfrentou dificuldades de compreensão para analisar os indicadores educacionais, uma vez que eram dados inconsistentes fornecidos pelo sistema, tendo que questionar por diversas vezes o setor que o alimenta, no caso a secretaria acadêmica do Campus investigado.

Dessa forma, acredita-se ser oportuno viabilizar a construção e implementação de um *software* ou até mesmo a construção de uma interface junto ao SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), desenvolvido também pelo IFRN, e já utilizado pelo IF SERTÃO-PE no qual se acrescentaria ao mesmo um módulo que forneça maiores informações, funcionando como um importante banco de dados que a instituição possa consultar para suas tomadas de decisões e

¹⁹ SAGE já mencionado neste trabalho

implementação de ações e de suas políticas educacionais, assim na sessão 6.4 será disponibilizada mais informações sobre essa implementação.

6.2 PLANEJAMENTO E INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES

Segundo Monnerat e Souza (2009, p.04) o termo Intersetorialidade está muito mais direcionado ao campo macro das políticas públicas, referente à relação de parcerias entre ministérios ou entre esferas governamentais para “promover uma dada capacidade de gestão que minimize as características históricas de fragmentação das políticas sociais”.

Esse termo será aqui abordado no conjunto macro para o micro, em nível escolar, uma vez que o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica dispõe de uma estrutura administrativa bastante incrementada composta por uma série de setores que, ao nosso entendimento, alguns deles precisam de um maior engajamento e de um trabalho articulado para garantir uma maior eficácia de suas ações para reduzir a evasão estudantil.

Sabe-se que é um desafio romper com práticas já formadas, que operam com uma lógica parcializada de organização e produção do saber, resultando numa intensa especialização disciplinar e práticas sociais fragmentadas. Nesse sentido, sinaliza-se também para a importância de se buscar no paradigma da interdisciplinaridade uma análise global dos problemas e na estratégia de ações intersetoriais na promoção, no caso, de práticas pedagógicas mais eficazes em relação às questões educacionais vigentes no Campus Petrolina Zona Rural, em especial, em relação ao problema em questão.

O que caracteriza a intersetorialidade é a possibilidade de síntese de práticas. No entanto, sua possibilidade está na faculdade de reconhecimento dos limites de poder e de atuação dos setores, pessoas e instituições. Este reconhecimento de insuficiência não é propriamente uma facilidade para humanos, especialmente para quem goza das condições oferecidas pelo poder institucional (MONNERAT; SOUZA, 2009, p. 04)

Entretanto, para o isso, faz-se necessário pensar em planejamento, que se acredita ser uma ferramenta imprescindível para articular áreas de conhecimento e de práticas institucionais específicas. Para tanto, ele deve ser visto não como algo burocratizado ou prescritivo, mas pelo contrário, como sendo um espaço de negociação de interesses, bem como uma ferramenta legítima para a construção de sinergias entre diferentes atores e áreas de interesses. Isto posto,

O planejamento deve ser a tradução da articulação entre saberes e práticas setoriais, considerando-se que no âmbito do planejamento conjunto a intersetorialidade deve se concretizar como síntese de conhecimentos diversos (interdisciplinaridade) para atuar sobre problemas concretos (MONNERAT; SOUZA, 2009, p. 05).

Cabe enfatizar que a ideia de síntese não prescinde dos fazeres e atribuições de cada setor em questão, isto é, a partir do respeito à individualidade de atuação de cada um, deve-se buscar a construção de objetos e objetivos comuns, rompendo com obstáculos comunicacionais que dificultam o diálogo entre os diferentes setores dificultando o alcance de objetivos comuns, que é o sucesso dos estudantes.

Assim, é urgente em se pensar em estratégias e ações articuladas e interdisciplinares para se buscar garantir ao nosso estudante, não só o direito de acesso, mas principalmente de permanência para a garantia do seu sucesso no curso escolhido. Nesse sentido, a seguir, propõem-se ações a serem desenvolvidas.

6.3 PROPOSIÇÕES DE AÇÕES INTERSETORIAIS

Quando se sugere o desenvolvimento de um trabalho intersetorial e multidisciplinar neste plano de intervenção, pensa-se principalmente em três setores: setor pedagógico, setor de atendimento psicológico e setor de serviço social, por compreender que são setores que estão diretamente imbricados no desenvolvimento de ações em prol da permanência do aluno.

Considera-se que as ações poderão acontecer em curto, médio e a longos prazos, uma vez que não é possível realizar tudo a um só tempo, dado à dinâmica institucional e do processo de implementação do plano.

Em curto prazo, poderão ser pensadas ações voltadas para sensibilização e mobilização dos setores prioritários para o envolvimento no projeto, bem como estabelecimento de uma sistemática de reuniões para estudar o presente projeto e fazer as adaptações necessárias em conformidade com o pensamento das equipes e à realidade estudantil (SOUZA, 2014).

Estabelecido a organização da Equipe Multidisciplinar, cada setor irá continuar a realizar suas demandas, mas compartilhando com os setores envolvidos no projeto para que as ações estejam em consonância, bem como para que seja dado o feedback e que todos acompanhem os processos

desenvolvidos em cada setor. Esta prática será mais favorecida quando o software for implementado (SOUZA, 2014).

Outras ações, também, poderão ser realizadas em curto prazo, as quais já são inerentes a cada setor, como: atender individualmente o aluno; priorizar o acompanhamento aos alunos em situação de risco de retenção e evasão; ouvir os anseios do aluno e fazer os devidos encaminhamentos; chamar

o aluno para conversar quando da constatação da sua infrequência nas aulas; participar das reuniões de grupos; participar e levar as demandas para as reuniões sistemáticas com os membros do setor pedagógico, setor de atendimento psicológico e setor de serviço social.

Em médio prazo, poderão ser desenvolvidas ações que venham a fortalecer o trabalho para favorecer a permanência do aluno no curso, ações cujo cunho seja na perspectiva de uma intervenção mais eficaz e direcionada para o problema, dentre elas podem-se citar: realizar reuniões sistemáticas com as turmas em articulação com a coordenação de curso, setor pedagógico, setor de assistência social e de atendimento psicológico, conforme a necessidade circunstancial; analisar frequentemente os indicadores educacionais e propor estratégias de melhorias dos mesmos; analisar conjuntamente com esses setores os requerimentos de trancamento, transferências internas e cancelamento de matrícula para emissão de pareceres e/ou intervenção pedagógica em alguns casos de possíveis retornos; realizar feedbacks das conversas com os alunos ao setor adequado; promover palestras sobre orientação de estudos; promover conjuntamente com o setor pedagógico, setor de atendimento psicológico e setor de serviço social encontros para discussão com os docentes acerca do perfil socioeconômico dos discentes ingressantes sempre ao início de cada semestre letivo; intensificar a divulgação das ações e serviços ofertados pelo setor de serviço social; realizar rodas de conversa, a cada bimestre, com os discentes com fins de acompanhamento e de significar os vínculos, a partir das trocas de experiências e concepções sobre a importância social do Campus, das relações estabelecidas nesse espaço, dos sentidos de pertencimento e participação, assim como das dificuldades vivenciadas para a permanência; e por fim, discutir estratégias de enfrentamento do problema (SOUZA, 2014).

Em relação às ações de longo prazo, podem ser realizadas ações que tenham mais caráter de perspectiva de futuro do curso, bem como do trabalho da equipe multidisciplinar, dentre elas, pode-se citar: implementar o novo sistema acadêmico ou um módulo via SUAP; fazer o registro no novo sistema acadêmico das demandas ocorridas; levar as informações colhidas nas rodas de conversas

para as reuniões sistemáticas entre os setores, que também servirão de base para as discussões nas reuniões pedagógicas semanais com os docentes coordenadas pela direção de ensino do campus²⁰; desenvolver um plano estratégico para a ampla divulgação do curso durante todo o ano; fomentar a elaboração de diretrizes educacionais pelo coletivo do Campus para dar unidade às ações; e, implementar ações e estratégias (SOUZA, 2014).

Assim, como já foi referido anteriormente, além dessas ações intersetoriais e multidisciplinares, compreende-se que seria importante a construção e desenvolvimento de um software que pudesse dar mais suporte ao trabalho da equipe multidisciplinar fornecendo informações para favorecer ações voltadas à permanência estudantil (SOUZA, 2014).

Nesse sentido, no item a seguir, propõem-se possíveis sinalizações para a construção e implementação desse *software* no Campus Petrolina Zona Rural.

6.4 ALGUNS APONTAMENTOS PARA O IMPLANTAMENTO/MELHORAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES/BANCO DE DADOS

Perante à necessidade de se propor mecanismos para monitoramento do desempenho acadêmico dos alunos, propõe-se a criação de um sistema de computacional que forneça informações para a construção de um banco de dados da vida do aluno, que sirva como uma interface de gestão pedagógica mas não administrativa, a exemplo do sistema acadêmico já existente na instituição Sistema de Apoio à Gestão Educacional (SAGE).

Com este sistema de gestão, objetiva-se que o mesmo forneça informações numa perspectiva longitudinal e que seja possível de antever o movimento de aluno em risco de evasão estudantil. Compreende-se que ao longo do processo, o aluno já demonstra sinais de intenção de permanência ou não no curso e que por isso justifica-se a implementação desse sistema para consolidar os dados e focar nas fragilidades e sinais apresentados pelos alunos e buscar ações e estratégias para a permanência dos mesmos, dotando o processo de agilidade, uniformidade e eficiência (SOUZA, 2014).

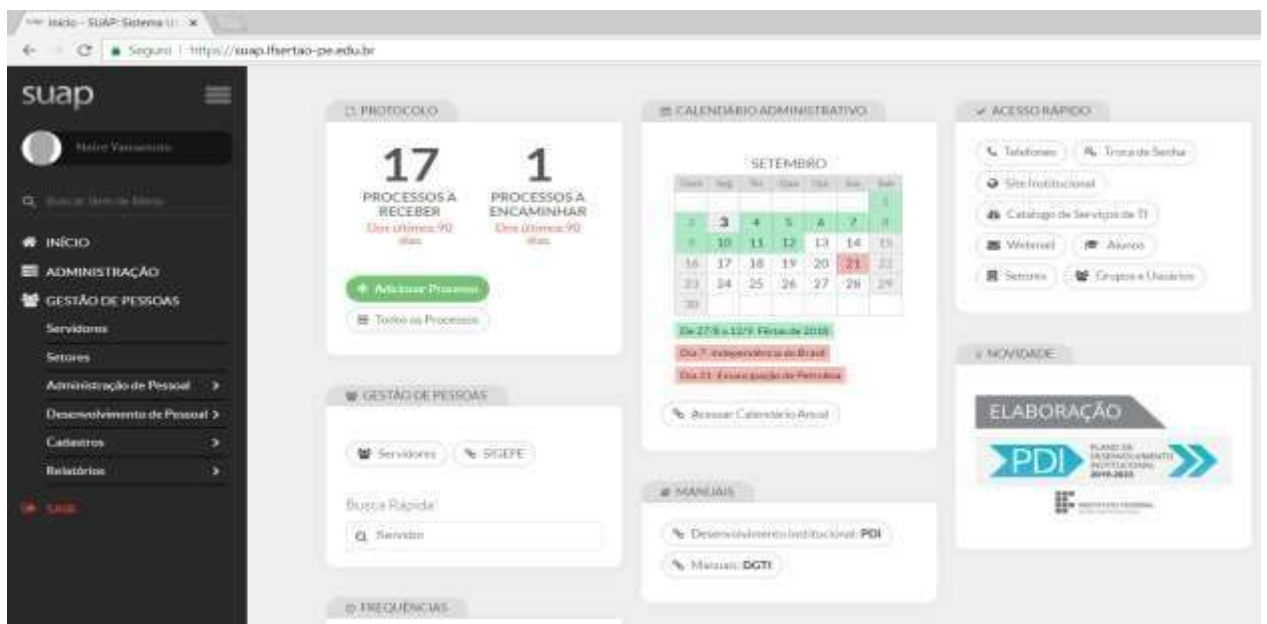
²⁰ Toda semana os responsáveis pela direção de ensino do Campus se reúne com os coordenadores.

Inicialmente, a instituição deverá estudar a viabilidade do projeto, no tocante aos custos para construção e manutenção desse programa, bem como para capacitação dos servidores que serão envolvidos no projeto.

O estudo deverá prevê a fonte dos recursos e as etapas para execução do mesmo. Entende-se que o IF SERTÃO-PE tem profissionais qualificados na área de tecnologia, bem como infraestrutura e equipamentos necessários ao desenvolvimento do *software*, que não exigiria grande mobilização financeira e de pessoal para viabilização do sistema.

Feito isso, a etapa seguinte seria consultar os profissionais dos setores que irão trabalhar articuladamente e que utilizarão tal programa para apontar os aspectos relevantes que deverão constar no *software*, com isso pretende-se favorecer a adesão dos profissionais envolvidos, uma vez que todos sentirão partícipes do projeto e assim contribuirá com o fortalecimento das ações em conjunto (SOUZA, 2014). Além disso, na medida do possível, o sistema deverá contemplar particularidades e necessidades dos setores. Vale salientar que uma possibilidade de organização do *software* seria uma interface com o sistema Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) já existente no IF SERTÃO-PE. Como este sistema já é institucionalizado, poderia apenas construir um módulo que atendesse as necessidades desse projeto. A seguir, tem-se a figura n.º 02 de como o SUAP está estruturado hoje:

Figura 02: Informações presentes no SUAP atualmente:



Fonte: <https://suap.ifsertao-pe.edu.br/>

A intenção de implantar esse programa deve-se ao fato de ser de fácil manuseio, sem muita sofisticação tecnológica, pois o que se percebeu nesta pesquisa é que o sistema acadêmico existente sofre muitas críticas pelos setores que trabalham cotidianamente com ele por apresentar dificuldade de fornecer determinadas informações que são solicitadas, ocasionando dificuldades no desenvolvimento de ações de acompanhamento e monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes por alguns setores (SOUZA, 2014).

Abaixo, apresenta-se um quadro resumo com uma proposição de etapas e ações de implementação do programa.

Quadro 01- Etapas e ações de implementação do Projeto de Intervenção - *software*.

Etapas	Ações
Parecer institucional sobre a execução do projeto	Decidir sobre a construção do sistema computacional de acompanhamento da trajetória acadêmica do aluno.
Estudo de viabilidade	Definir custos e investimentos; estabelecer cronograma de execução e implementação do programa; viabilizar responsáveis.
Consulta aos profissionais	Discutir indicadores de monitoramento, características do programa e interface com o sistema existente.
Construção do <i>software</i>	Elaborar o programa e planejar sua manutenção.
Projeto Piloto	Testar de modo experimental somente com o curso de Redes de Computadores durante um semestre.
Aperfeiçoamento Inicial	Aperfeiçoar o programa se preciso for, a partir da experiência piloto.
Treinamento dos profissionais	Promover curso de capacitação aos profissionais envolvidos para utilização satisfatória do programa.
Implementação do sistema	Implementar o programa gradualmente em todos os cursos do <i>campus</i> .

Avaliação do programa	Avaliar a efetividade do programa para possíveis ajustes e aperfeiçoamentos.
-----------------------	--

Fonte: Quadro organizado pela autora baseado nos estudos de SOUZA, J.A.S (2014).

Com a proposição deste programa que é parte integrante deste plano de intervenção proposto nesta dissertação, deve-se contemplar aspectos quantitativos e qualitativos para o monitoramento da trajetória estudantil, bem como gerais e específicos de cada turma e de cursos, de modo que seja possível fornecer relatórios estatísticos do desempenho acadêmico, assim como dos processos em andamento ou finalizados de trancamento, cancelamento, transferências etc., sempre que necessário, aos profissionais envolvidos (SOUZA, 2014).

Além disso, deve conter campos para preenchimento de registros de impressões, de análises contextuais e inferências. Com isso, objetiva diagnosticar os motivos que levam o aluno a permanecer ou a evadir-se da instituição, bem como perceber indícios de possível evasão estudantil e, antecipadamente, agir junto aos segmentos vulneráveis e assim pode implementar estratégias e ações que favoreçam a permanência do aluno (SOUZA, 2014).

Ademais, a alimentação do programa poderá ser feita pelos profissionais envolvidos, como também por estagiários de cada setor, já que demandará certo tempo para mantê-lo sempre atualizado. Vale enfatizar, ainda, que se deve ter muito cuidado com a utilização dessas informações no tocante às questões éticas, de modo que sejam resguardadas com muito sigilo para não expor o aluno a nenhuma situação de constrangimento.

Por fim, destaca-se que não se pretendeu esgotar todas as possibilidades de planejamento de construção e execução do projeto, pois acredita-se que cabe somente à instituição pensar coletivamente em todos os vieses e possibilidades para realização do mesmo e sentir-se coautores de tal projeto (SOUZA, 2014).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sobre a evasão estudantil no ensino superior: um estudo de caso no Campus Petrolina Zona Rural do IF SERTÃO-PE apresentou resultados relevantes sobre a evasão.

Em relação à motivação dos alunos a evadirem dos cursos superiores do Campus Petrolina Zona Rural entre os anos de 2014 a 2017 foram identificadas as seguintes causas: incompatibilidade com o horário do trabalho; dificuldade financeira; mudança de residência; mudança de curso; o curso não era o esperado; ensino médio não contribuiu para continuar os estudos; não adaptação ao curso.

Além disso, como resultados dessa investigação, constatou-se que os fatores que levam à evasão estão relacionados aos aspectos internos às instituições, como foi observado na literatura utilizada, principalmente nos estudos de Dore e Soares (2011) e também Paredes (1994). Segundo este, há fatores internos e externos ao tratar-se da evasão. Situações de desistência do curso em função de descontentamento sobre a pedagogia corpo docente, ou da infraestrutura da universidade são considerados fatores internos. Já os fatores externos à universidade seriam aqueles vinculados ao aluno, como a dificuldade de adaptação ao ambiente universitário, problemas financeiros, o curso escolhido não era o que o aluno esperava e problemas de ordem pessoal.

Em relação ao perfil dos alunos evadidos, constatou-se que nesta instituição a maioria dos estudantes possui uma situação econômica pouco favorável. E igualmente a outras instituições mencionadas nesta pesquisa, a maioria dos evadidos do CPZR é oriunda de classes mais pobres.

A partir deste estudo foi possível designar as premissas discutidas e a implementação de um Plano de Ações Articuladas, bem como a criação de um sistema computacional/banco de dados podem ou não serem aceitas pela comunidade escolar, tendo apenas o caráter de recomendação.

A pesquisa teve alguns aspectos facilitadores, como a escolha do seu principal lócus, por ser o local de trabalho da pesquisadora, isso facilitou o acesso ao universo de análise. Outro aspecto favorável foi a delimitação do estudo (análise temporal e seleção de apenas um curso da instituição).

Porém, também se encontrou dificuldades para a realização desta pesquisa, tais como: contactar alguns alunos para aplicação de questionários. Além disso, teve-se que discutir o assunto baseado na maioria das vezes no referencial teórico do contexto da educação básica e

superior, uma vez que

ainda tem muito pouca literatura referente à educação técnica profissional, principalmente quanto ao assunto estudado.

Nesse sentido, outras pesquisas na área poderão ser realizadas, uma vez que é um assunto muito importante para todas as instituições de ensino, além disso, este estudo não teve a pretensão de esgotá-lo.

É importante destacar que a instituição já desenvolve algumas estratégias para contribuir com a permanência do aluno no Campus, mas apesar disso não tem sido suficiente. E por isso, com a proposição tanto do plano de ações articuladas da equipe multidisciplinar como a criação do sistema computacional para a construção de um banco de dados sobre o curso, acredita-se que será dado um passo importante para se pensar em intervenções concretas no sentido minimizar a evasão estudantil nos cursos de Tecnólogo em Viticultura e Enologia e de Bacharelado em Agronomia do Campus Petrolina Zona Rural/IF SERTÃO-PE e além de outros, pois essa ideia pode se estender para todo o campus ou para todo o Instituto, pois acredita-se que todos sairão ganhando com a implementação dessa intervenção pedagógica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S.M.L. Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003. 2006, 386 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12180>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
- ANDRÉ, M. E. D. A. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 2, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- ARANTES, N. N. F de. Trabalho e Estudo: uma conciliação desafiante. Campina Grande: Realize Editora, 2012.
- BARLEM, Jamila G. T. et al. Opção e evasão de um curso de graduação em Enfermagem: percepção de estudantes evadidos. In: Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 132-138, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000200019>. Acesso em: 26 abr. 2018.
- BASSEY, M. Case study research in educational settings. Londres: Open University Press, 2003.
- BAUER, Martin W. GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, 516p.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BASTOS; O. G.A.; GOMES, C.F.S.; A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - Um estudo de caso do CEFET-RJ. X CONGRESSO NACIONAL EM EXECELENCIA EM GESTÃO. Rio de Janeiro-RJ. 2014.
- BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. (2011). Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.16, n.2, p. 355-374.
- BLAZUS, Cleber Augusto. Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de ciências contábeis. 2004. 203 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87138>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- BOGDAN, Roberto C., BIKLEN, Sari Knopp. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994, 335p.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BRACONNOT, Yolanda. 2010. RH.com.br. Disponível em: <http://www.rh.com.br/Portal/Grupo_Equipe/Artigo/6675/world-cafe>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. C. L.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 8, n. 3, p. 161-189, jul/set. 2003.

BRASIL, SAGE- Sistema de Apoio à Gestão Educacional. IF SERTÃO-PE. Petrolina-PE. 2017. Disponível em <<http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/aluno/aceso-ao-sage>>. Acesso em 07 de jan 2017.

BRASIL. Portal da Rede Federal de Educação Profosissional, Científica e Tecnológica. 2016. Expansão da Rede Federal. Disponvel em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 09 de set. de 2017.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 . Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, v. 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

_____. SETEC/MEC. Políticas Publicas para a Educação Profissional e Tecnológica. (Proposta em Discussão) Brasilia- 2004.

_____. Portal Brasil. 2011. Surgimento das escolas técnicas. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 09 de set. de 2017.

_____. Portal do MEC. 2010. Historico da Educação Profissional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 09 de set. de 2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BROWN, Juanita; ISAACS, David; World Café Community (2005). The World Cafe: Shaping Our Futures Through Conversations That Matter. São Francisco, California: Berrett-Koehler Publishers, Inc.

CARVALHO, Maria; TAFNER Paulo. Ensino superior brasileiro: a evasão dos alunos e a relação entre formação e profissão, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008. COULON, Alain; ENNAFAA, Ridha; PAIVANDI, Saeed. Devenir Enseignant du Supérieur. Paris: L'Harmattan, 2008.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. (2016) Tradução de Ana Maria F. Teixeira, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) / Centro de Cultura Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult). 2017

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber. In: Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 31, Rio de Janeiro, p. 7-18, jan/abr. 2006.

DESLAURIERS, J. & KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (p. 127/153).

DE VRIES, Wietse et al. ¿Desertores o decepcionados? Distintas causas para abandonar los estudios universitarios, Revista de la educación superior, vol. XL (4), n. 160, p. 29-49, out./dez. 2011.

DIAS, Ellen C. M.; THEÓPHILO, Carlos R.; LOPES, Maria A. S. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – MG. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 7., São Paulo. Anais. São Paulo: Êxito, 2010.

DIGIÁCOMO, Murilo José. Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-825.html>>. Acesso em: 08 de fev. 2018.

DORE SOARES, R. Evasão e repetência na rede federal de educação profissional. Programa observatório da Educação – CAPES/Inep Maceió, Alagoas, setembro 2013.

ENGESTRÖM, Yrjo. From design experiments to formative interventions. Theory & Psychology, v. 21, n.5, p.598-628, oct. 2011.

FALCÃO, D. F.; ROSA, V. V. Um estudo sobre a motivação dos universitários do curso de administração: Uma contribuição para gestão acadêmica no âmbito público e privado. In: 32º EnANPAD, Rio de Janeiro-RJ, 2008.

FIGUEIREDO, N.M.A. Método e metodologia na pesquisa científica. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo, Cortez, 2005, p. 21-56.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184p.

GODOY, A.S. Estudo de caso qualitativo. In GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.;

SILVA, A. B (Org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, p. 115-146, 2006.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997. o no Alto Sertão da Paraíba. REBES - ISSN 2358-2391 - (Pombal – PB, Brasil), v.6, n.3, p.01-04, jul-set, 2016.

Disponível em <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/4401>>. Acesso em: 14 de fev de 2017.

GOMES, Kelly Amorim. Indicadores de permanência na educação superior : o caso da disciplina de cálculo diferencial integral I [manuscrito] / Kelly Amorim Gomes. – 2015.

GONÇALVES, M. O. S.; FRIEDMANN, C. V. P.; PUGGIAN, C. (2013, maio/agosto) Uma Experiência de Avaliação e de Aprendizagem em matemática com estudantes da educação de jovens e adultos no ensino médio regular noturno. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, (v. 5, n. 14, p. 158-170)

HAGUETTE, T.M.F. Metodologias qualitativas na sociologia. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. HELDER, R. R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

IIDA, A. M. F. (Org.). Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2011: Ano base 2010. Brasília: ABMES Editora, 2012.

INEP; MEC; Deed. Censo da Educação Superior 2011: resumo técnico. Brasília, Distrito Federal, 2013.

KRAINSKI, L.B. Evasão na Educação Superior: elementos para repensar a questão no interior das universidades. XVI Colóquio Internacional de GestionUniversitária -CIGU. Arequipa. Peru. 2016.

KUENZER, A. Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo, Cortez, 1997.

LOBO, M. B. de C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. ABMES Cadernos. Brasília, set./dez. 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MACHADO, L. R. S., A formação docente para a educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira de Educação Profissional e tecnológica / Ministério da Educação Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. V. 1. Nº 1, - Brasília, MEC, SETEC, 2011.

MACHADO, L. R. de S. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETI, C. J... I et al. I. Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v.26/27, p.149-158, 1990/1991.

MAZUR, Eric. Retaining Students in Science, Technology, Engineering, and Mathematics (STEM) Majors. National Science Teachers Association (NSTA).Journal of College Science Teaching, Vol. 42, No. 5, 2013.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

MORAES, J. O. de; THEÓPHILO, C. R.. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Congresso USP, São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/370.pdf>>. Acesso em: 14 de fev. de 2018

NAJMANOVICH, Denise. O feitiço do método. In: GARCIA, Regina Leite. Método métodos contramétodos. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, M. A. M. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdade de Educação. A reforma do ensino profissional: desmantelamento da educação de qualidade ministrada pelos CEFETS. 2001. 148f. Relatório de pesquisa (Pós-Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.

PACHECO, Eliezer (Org.) – Institutos Federais. Uma revolução da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2011.

PAREDES, A. S. A evasão do terceiro grau em Curitiba. (1994) NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, Universidade de São Paulo, São Paulo, documento de trabalho n. 6.

Disponível em: < <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9406.pdf>>. Acesso em: 20 de fev. de 2018

PASCARELLA, E. T. Student-faculty informal contact and college outcomes. Review of Educational Research, Washington, v. 50, n. 4, p. 545-595, 1980.

PATTON, M. Q. Qualitative Analysis and Interpretation. In: PATTON, M. Q. Qualitative Research & Evaluation Methods. 3ª Ed., p.429-534, 2002.

POLYDORO, S. A. J. et al. Desenvolvimento de uma escala de integração ao ensino superior. Psico USF, Bragança Paulista, v. 6, n. 1, p. 11-17, 2001.

PLATT NETO, O. A. da; CRUZ, F.; PFITSCHER, E. D. Utilização de metas de desempenho ligadas à taxa de evasão escolar nas universidades públicas. Revista de Educação e pesquisa em Contabilidade. Brasília, v.2, art.4, p. 54-74. maio/agosto 200

RELATÓRIO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. Ano 2016. Disponível em < [http://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Campus_ZonaRural/Editais/2016/Setembro/1o-Relatorio- Parcial-2016-CPA-1.pdf](http://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Campus_ZonaRural/Editais/2016/Setembro/1o-Relatorio-Parcial-2016-CPA-1.pdf)>. Acesso em 28/08/2017.

RIBEIRO, Renato. Janine. A Universidade e a vida atual - Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina – PR, 2010.

RODRIGUES, Horácio Wanderley. Direito à educação: acesso, permanência e desligamento de alunos do ensino superior. *Sequência*, Florianópolis, n. 52, p. 201-216, jul. 2006.

SAMPAIO, B. *et al.* (2011, maio) Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE. *Economia Aplicada*, (V. 15, n. 2, p. 287–309)

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. *Cadernos de Pesquisa do Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

SILVA, F. I. C. da et. al. Evasão escolar no curso de Educação Física da Universidade Federal do Piauí. In: *Avaliação (RAIES – Revista da Avaliação da Educação Superior)*, Campinas e Sorocaba/SP, v. 17, n. 2, p. 391-404, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000200006>. Acesso em: 26 abr. de 2018.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. Mapa do Ensino Superior de 2016. Disponível em <http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf> Acesso em: 15/08/2017.

SOUZA, J. A. S. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. 152 p. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/permanencia-e-evasao-escolar-um-estudo-de-caso-em-uma-instituicao-de-ensino-profissional/>>. Acesso em 20 de set. de 2017.

SOUZA E SILVA, Jailson de. (2003) “Por que uns e não outros?”: caminhada de jovens pobres para a Universidade. Rio de Janeiro RJ: Editora 7 Letras.

SPADY, William G. Dropouts from higher education: an interdisciplinary review and synthesis. *Interchange*, Holanda, v. 1, p. 64-85, 1970

SPRADLEY, James P. (1980). *Participant Observation*. Orlando- Florida. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K. (Edit.); LINCOLN, Y. S. (Edit.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: SAGE, p. 435-454, 1994.

STOFFEL, W. P.; ZIZA, C. R. Evasão Escolar em Cursos Superiores: Estudo comparativo entre os pedidos de trancamento e o aproveitamento escola. IX Simpósio Pedagógico e Pesquisas em Comunicação. Rio de Janeiro. Associação Educacional Dom Bosco (AEDB). 2014. Disponível em: <<http://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/05/46321536.pdf>>. Acesso em 15/08/2017.

TINTO, Vicent. *Enhancing student persistence : connecting the dots*. Wisconsin: The University of Wisconsin, 2002

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em*

educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4^a. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

VIOLIN, Lilian Aparecida Berwanger. Evasão escolar na educação superior: percepções de discentes. Curitiba: UTFPR, 2012. Dissertação (Mestrado em Tecnologia), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012.

APÊNDICE 01
DADOS DO RELATÓRIO DA
CPA



APÊNDICE B - INSTRUMENTOS PARA SISTEMATIZAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICA COLETIVA

Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção					
LEVANTAMENTO DOS FATORES PROMOTORES DA RETENÇÃO E EVASÃO E DESCRIÇÃO DE AÇÕES PARA					
Unidade de ensino	Tipo de curso		Nome do curso	Data	
Campus Petrolina Zona Rural	Curso Superior de Tecnologia		Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia	07/03/2016	
Fatores	Causas	Medidas de intervenção	Metas	Prazo	Responsável
Adaptação à vida acadêmica	Reprovações	Oferta de aulas de monitoria	Diminuir número de reprovações	Contínuo	Coordenação do Curso; Direção de Ensino
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Falta de interesse, motivação	Promoção de eventos que estimulem a identificação dos alunos com o Curso	Maior interesse e motivação dos alunos	Contínuo	Colegiado do Curso; Coordenação do Curso; e Direção Geral

Formação escolar anterior	Preparo do aluno	Programa de monitoria; Cursos de Formação Inicial e Continuada.	Diminuir índice de retenção do aluno causada por reprovações	Contínuo	Docentes; Coordenação do Curso; Coordenação de Cursos FIC; Setor Pedagógico; Direção de Ensino
---------------------------	------------------	--	--	----------	--

Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção					
LEVANTAMENTO DOS FATORES PROMOTORES DA RETENÇÃO E EVASÃO E DESCRIÇÃO DE AÇÕES PARA					
Unidade de ensino	Tipo de curso		Nome do curso	Data	
Campus Petrolina Zona Rural	Curso Superior de Tecnologia		Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia	07/03/2016	
Fat	Caus	Medidas de	Metas	Praz	Responsáv
Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Controle no recebimento de auxílios pelos alunos reprovados	Criação de instrumentos que auxiliem no monitoramento do rendimento	Maior controle no recebimento de auxílios	Contínuo	Setor de Assistência Estudantil; Direção de Ensino
Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Falta de acesso a estágios	Ampliar parcerias com Instituições/empresas para realização de estágios	Aumentar o acesso a estágios pelos discentes	Contínuo	Colegiado do Curso; Coordenação do Curso; Setor de Estágio

Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção					
LEVANTAMENTO DOS FATORES PROMOTORES DA RETENÇÃO E EVASÃO E DESCRIÇÃO DE AÇÕES PARA					
Unidade de ensino	Tipo de curso		Nome do curso	Data	
Campus Petrolina Zona Rural	Curso Superior de Tecnologia		Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia	07/03/2016	
Fatores	Causas	Medidas de intervenção	Metas	Prazo	Responsável
Mobilidade	A falta de transporte público regular e de qualidade	Solicitar junto ao setor de transporte, que atende ao município de Petrolina, ampliação do número de veículos e melhoria da qualidade dos mesmos	Aumento do número de transporte	12 (doze) meses	Direção Geral e Reitoria

Fonte: Relatório da Comissão Própria de Avaliação (2016)

APÊNDICE 02
AUTORIZAÇÃO DE USO DE
DADOS


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL
PE 647, KM 22 - Zona Rural, s/nº, Projeto Saneador Nilo Coelho (N-4), Caixa Postal 277 - CEP: 56.302-970 - Petrolina-PE

AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS

Declaramos para os devidos fins, que cedemos à pesquisadora **Neire Ferreira Yamamoto**, o acesso aos dados da Secretaria de Controle Acadêmico, bem como relatórios elaborados por comissões que se referirem ao tema, para serem utilizados na pesquisa: **Estratégias para minimizar a evasão escolar no ensino superior: um estudo de caso no Campus Petrolina Zona Rural do IF SERTÃO-PE** que está sob a orientação da Prof^a Silvia Maria Leite de Almeida.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução nº 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.


Jane Oliveira Peres
Mat. SIAPE 1510470
Jane Oliveira Peres
Diretora Geral
Portaria nº 460 de 20/06/2015
Sertão Pernambucano
Campus Petrolina Zona Rural

Fonte: arquivos da autora (2017)